



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

GUSTAVO CASTRO DA CONCEIÇÃO

**MAPEAMENTO DAS DEMANDAS E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
PARTICIPATIVAS: ESTUDO DE CASO DA USIPAZ JURUNAS, BELÉM-PA**

BELÉM-PA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

**MAPEAMENTO DAS DEMANDAS E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
PARTICIPATIVAS: ESTUDO DE CASO DA USIPAZ JURUNAS, BELÉM-PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima e coorientador(a): Profa. Dra. Myrian Silvana Cardoso dos Santos

BELÉM-PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

C744m CONCEIÇÃO, GUSTAVO CASTRO DA.
MAPEAMENTO DAS DEMANDAS E CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PARTICIPATIVAS: : ESTUDO DE CASO DA
USIPAZ JURUNAS, BELÉM-PA / GUSTAVO CASTRO DA
CONCEIÇÃO. — 2025.
82 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. JosÉ Julio Ferreira Lima
Coorientação: Profª. Dra. Myrian Silvana Cardoso dos
Santos

Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2025.

1. ATHIS. 2. DIREITO À CIDADE. 3.
PARTICIPAÇÃO. 4. ESCUTA. 5. ARQUITETURA E
TERRITÓRIO. I. Título.

CDD 728.1

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória é marcada pela coletividade. Nada do que realizei foi feito sozinho; tudo foi construído em conjunto ou inspirado por pessoas que me antecederam até aqui. Sou profundamente grato a Deus pelo dom da existência e à espiritualidade por ter me dado caminho e a possibilidade da encruza

Agradeço aos meus avós Marina Vieira e Olavo Rodrigues, Antônio e Terezinha Castro, que foram e continuam sendo referências de afeto, amor, proteção e cuidado.

Agradeço ao meu pai Gerson Vieira, que, apesar de todas as adversidades, se esforçou para que eu tivesse onde voltar quando estivesse cansado.

Agradeço a minha mãe Edilene Vinagre que sempre foi minha referência muito antes de entender o significado da palavra era ela que me inspirava todos os dias até hoje, e muito antes de acreditar em mim ela o fez por nós dois, até meu jeito é o dela. Amor cego, escutando com o coração a luz do peito.

Sou grato também ao meu irmão, Thiago Castro, que esteve presente em tantos momentos de dúvida e insegurança, me ajudando a enxergar minhas potencialidades e que ele nunca duvidou.

Agradeço ainda aos meus irmãos Rafael, Luan, Maria e Miguel, e à minha tia Magali, que tantas vezes assumiu o papel de educar quatro crianças, sempre incentivando o estudo e o conhecimento.

Estendo minha gratidão a todas as minhas tias, por cada ensinamento, cada conselho, cada palavra de incentivo e encorajamento.

Agradeço a minha amiga de infância e cunhada Luana Almeida, que sempre quando pode compartilha da sua sabedoria e habilidades acadêmicas.

Agradeço ao amigo Rodrigo Monteiro, pela parceria constante ao longo desta trajetória acadêmica e pessoal. Compartilhamos inúmeros momentos, desde a realização de trabalhos até desafios da vida cotidiana, e desse convívio nasceu uma amizade que reafirma o poder transformador da educação.

Registro também minha gratidão aos colegas da Clínica de Direito à Cidade, Luana Maria, Eduarda Tavares, Ana Letícia, Clara Fonseca, Shirley Assunção, Jucinei Serrão, André Bastos e Antônio Cleison, assim como a todos os demais integrantes que contribuíram com apoio, incentivo e amizade, sendo fonte de inspiração e crescimento pessoal e profissional.

Agradeço de forma especial à professora Myrian Cardoso, pela generosidade em compartilhar seus saberes e pela forma afetuosa e humana com que constrói suas relações de ensino. Ao professor e orientador José Júlio, deixo meu sincero agradecimento pela paciência, pelos conselhos, pelas correções necessárias e pela orientação atenta durante todo o processo. Sua contribuição foi essencial para a construção deste trabalho.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma proposta de intervenção habitacional desenvolvida no âmbito da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), com enfoque em um caso multifamiliar situada em área periférica. O estudo parte do reconhecimento da moradia como espaço de vida, de sociabilidade e de resistência, articulando aspectos técnicos, sociais e simbólicos do morar. O processo metodológico adotado baseia-se na escuta ativa e na participação direta dos moradores, compreendidos como agentes centrais do projeto. A partir do diagnóstico físico e social da habitação, foram desenvolvidas soluções projetuais voltadas à melhoria das condições de habitabilidade, acessibilidade e conforto ambiental, respeitando a configuração familiar e o papel comunitário desempenhado pela residência. O trabalho evidencia a importância da ATHIS como ferramenta de democratização do acesso à arquitetura e ao urbanismo, reafirmando a função social da profissão e o potencial transformador do projeto como mediação entre técnica e território.

Palavras-chave: ATHIS; Direito à Cidade; Participação; Escuta. Arquitetura e Território.

ABSTRACT

This undergraduate research presents a proposal for a housing intervention developed within the framework of Technical Assistance in Social Interest Housing (ATHIS), focusing on a multifamily case located in a peripheral area. The study is based on the recognition of housing as a space for life, sociability, and resistance, integrating technical, social, and symbolic aspects of living. The methodological process adopted relies on active listening and the direct participation of residents, who are regarded as central agents in the project. Based on the physical and social diagnosis of the dwelling, project solutions were developed aimed at improving habitability, accessibility, and environmental comfort, while respecting the family structure and the community role played by the residence. This work highlights the importance of ATHIS as a tool for democratizing access to architecture and urbanism, reaffirming the social function of the profession and the transformative potential of the project as a means of mediation between technique and territory.

Keywords: ATHIS; Right to the City; Participation; Listening. Architecture and Territory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programa de Necessidades	60
Quadro 2 – Intervenções propostas de melhorias habitacionais no caso selecionado.	62
Quadro 3 – Intervenções emergenciais de melhorias habitacionais no caso selecionado.	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variáveis Socioeconômicas dos moradores cadastrados no Projeto Meu Endereço do bairro do Jurunas, Belém-Pará 2025.	29
Tabela 2: Tipografia das demandas identificadas nos cadastros dos moradores do Projeto Meu Endereço no bairro do Jurunas, Belém-Pará 2025.	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do bairro do Jurunas, Belém, Pará.....	26
Figura 2 – Mapa de localização de processos abertos do Projeto Meu Endereço Certo no Bairro do Jurunas, 2020 a 2025.	27
Figura 3 – Gráfico de Hierarquia de logradouro da poligonal estudada, 2005.	30
Figura 4 – Gráfico de Regime de ocupação da Poligonal estudada, 2025.	31
Figura 5 – Gráfico de uso e ocupação da poligonal estudada, 2025.	32
Figura 6 – Gráfico de material construtivo da poligonal estudada, 2025.....	33
Figura 7 – Gráfico de número de pavimentos da poligonal estudada, 2025.	34
Figura 8 – Mapa de localização da área estudada.	38
Figura 9 – Mapa fundiário do bairro do Jurunas, Belém-Pa.	40
Figura 10 – Mapa de Situação Fundiária e Registral do bairro do Jurunas.....	42
Figura 11 – Mapa de Zoneamento do Ambiente Urbano – ZAU e Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.....	44
Figura 12 – Marco temporal da política de saneamento no bairro Jurunas, Belém (PA).....	47
Figura 13 – Imóvel em processo de demolição devido a ação de desapropriação para duplicação da Av. Bernardo Sayão, 2024.....	49
Figura 14 – Localização e fachada do caso Selecionado, 2025.....	51
Figura 15 – Laje do pavimento térreo, 2025.	53
Figura 16 – Cozinha da residência/ instituto, 2025.	54
Figura 17 – Infiltrações severas na parede, 2025.	55
Figura 18 – Cobertura, sem forro e com manta improvisada, 2025.	56
Figura 19 – Corredor do pavimento superior, 2025.	57
Figura 20 – Instalação elétrica exposta, 2025.	58
Figura 21 – Escada de acesso ao nível superior, 2025.	59
Figura 22 – Planta da edificação existente: térrea e pavimento superior, 2025.	61
Figura 23 – Planta de condições estruturais.	65
Figura 24 – Planta de intervenções.....	68
Figura 25 – Imagens da proposta.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 JUSTIFICATIVA.....	13
3 DIREITO À CIDADE (DIREITOS FUNDAMENTAIS À CIDADE)	14
4 ATHIS E HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS.....	16
5 ATHIS COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO À SEGURANÇA DE POSSE....	17
6 ESPAÇO PILOTO DE ATENDIMENTO ATHIS	19
6.1 Sala de atendimentos	21
6.2 Estudo clínico	22
7 CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DO JURUNAS E SUAS DINÂMICAS ADMINISTRATIVAS, URBANÍSTICAS AMBIENTAL E FUNDIÁRIA	24
METODOLOGIA.....	25
7.1 Diagnóstico social e habitacional das famílias atendidas	28
7.2 Diagnostico da polígona estudada.....	30
7.3 Tipologia das demandas identificadas no Projeto Meu Endereço	34
7.4 Intervenções emergenciais e qualificação das demandas habitacionais.	36
9 SANEAMENTO BÁSICO NO BAIRRO DO JURUNAS: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E REMOÇÕES	45
8 DIAGNOSTICO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA CASO SELACIONADO	50
8.1 Caracterização da moradia e da família.....	50
8.2 Condições construtivas	52
8.3 Proposta Arquitetônica	60
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICAS	74
APÊNDICE – PRANCHAS DO PROJETO	77

1 INTRODUÇÃO

A Região Amazônica constitui um dos territórios mais complexos e desafiadores do ponto de vista socioambiental e urbano do Brasil. Caracterizada por uma imensa diversidade cultural, ecológica e territorial, a Amazônia apresenta dinâmicas de ocupação fortemente marcadas pela desigualdade social, pela informalidade urbana e pela fragilidade das políticas públicas voltadas à habitação e ao planejamento territorial (Becker, 2005; Trindade Jr., 2011). No contexto das cidades amazônicas, as contradições entre o crescimento urbano acelerado e a ausência de infraestrutura básica evidenciam a necessidade de estratégias integradas de intervenção, capazes de articular dimensões técnicas, jurídicas e sociais na promoção do direito à cidade (Rolnik, 2019).

Belém, capital do estado do Pará, insere-se nesse panorama como uma metrópole de formação histórica singular, moldada pela confluência de rios, igarapés e várzeas que estruturaram sua morfologia urbana (Trindade Jr., 2016). Sua expansão territorial ocorreu de forma desigual, impulsionada por processos de migração interna e pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis, o que resultou em uma configuração urbana fragmentada, com acentuadas disparidades socioespaciais (Cardoso & Lima, 2017). Como em outras capitais amazônicas, o crescimento desordenado e a ausência de políticas habitacionais continuadas contribuíram para o aumento das ocupações informais e das vulnerabilidades urbanas, especialmente nas periferias e nas áreas de baixada.

Nesse contexto, a Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS), prevista pela Lei Federal nº 11.888/2008, assume um papel fundamental na democratização do acesso à moradia digna e na promoção do direito à cidade (Bonduki, 2018). A ATHIS propõe uma atuação interdisciplinar que envolve arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, advogados e outros profissionais, integrando dimensões técnicas e sociais na busca por soluções habitacionais adequadas e sustentáveis (Lira; Monteiro, 2021). No caso das cidades amazônicas, a ATHIS deve ser adaptada às especificidades territoriais e culturais da região, considerando tanto as dinâmicas hidrográficas quanto os modos de vida locais (Souza; Brasil, 2020).

O bairro do Jurunas, situado na área central de Belém, representa de forma emblemática as contradições do processo de urbanização amazônico. Historicamente habitado por populações trabalhadoras e ribeirinhas, o Jurunas combina uma rica

identidade cultural com desafios estruturais persistentes, como a precariedade habitacional, o saneamento insuficiente e os conflitos fundiários (Silva, 2019). É um território de alta densidade populacional e de grande vitalidade social, mas também marcado por vulnerabilidades históricas e socioeconômicas que exigem políticas públicas integradas e continuadas (Trindade Jr, 2016; Lima, 2012).

Nesse sentido, o Programa Territórios pela Paz (TerPaz), implementado pelo Governo do Estado do Pará, constitui uma estratégia de política pública voltada à intersectorialidade e à promoção de direitos em territórios urbanos vulneráveis (PARÁ, 2020). O TerPaz atua a partir de “Usinas da Paz”, sendo esse um equipamento público multifuncional que reúne serviços de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e cidadania, articulando ações estatais e comunitárias

O projeto se destaca como uma experiência de integração entre Estado e comunidade, promovendo escutas qualificadas, diagnósticos territoriais e soluções habitacionais que respeitam as especificidades locais. Dessa forma, a análise dos desafios da ATHIS no âmbito do Meu Endereço Certo permite compreender não apenas as dimensões operacionais dessa política, mas também seus impactos sobre o direito à moradia, a governança urbana e a efetivação da cidadania nas cidades amazônicas.

Dessa forma, a análise dos desafios da ATHIS no âmbito do projeto Meu Endereço Certo permite compreender não apenas as dimensões operacionais e institucionais dessa política, mas também seus impactos sobre o direito à moradia, a governança urbana e a efetivação da cidadania nas cidades amazônicas. Ao mesmo tempo, evidencia-se a necessidade de refletir sobre os mecanismos de escuta e mapeamento das demandas territoriais, que se configuram como ferramentas centrais na mediação entre Estado e comunidade. Assim, o trabalho responde a seguinte questão: De que maneira a ATHIS, articulada ao mapeamento das demandas territoriais desenvolvidas na USIPAZ Jurunas, pode contribuir para a construção de políticas públicas participativas e integradas na cidade de Belém?

Neste sentido, justifica-se a motivação para a realização do presente estudo pela experiência vivenciada como bolsista de graduação no projeto, na qual foi possível observar alterações e atualizações nos cadastros referentes às demandas territoriais, evidenciando a importância da participação direta na identificação e acompanhamento das necessidades da comunidade.

2 JUSTIFICATIVA

A assistência técnica em habitação de interesse social é um tema de grande relevância no contexto social e urbanístico do Brasil, especialmente diante dos desafios que envolvem a promoção de moradia digna, o acesso à terra e a melhoria das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade. A Lei nº 11.888/2008, conhecida como Lei de ATHIS (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social), foi um marco importante nesse processo, pois assegura o direito à assistência técnica gratuita a famílias de baixa renda, com o objetivo de viabilizar soluções habitacionais adequadas, dignas e sustentáveis.

Conforme o artigo 2º da Lei nº 13.465/2017, a regularização fundiária é compreendida como um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais voltadas à integração dos assentamentos irregulares ao tecido urbano formal. Assim, essa legislação se articula com os princípios da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), podendo a regularização fundiária compor o conjunto de ações previstas pela Lei nº 11.888/2008 nesse sentido, a Lei nº 13.465/2017 adquire relevância em contextos periféricos de habitação popular, ao fortalecer o direito à moradia digna e à cidade.

A regularização fundiária, por sua vez, busca reconhecer o direito à cidade e a moradia, permitindo que os moradores tenham acesso a direitos básicos e segurança jurídica, infraestrutura adequada e serviços públicos essenciais.

O trabalho proposto visa refletir sobre a experiência prática da assistência técnica no âmbito do projeto de Extensão em Assistência Técnica e Tecnológica em Prevenção de Conflitos, Regularização Fundiária e Melhorias Socioambientais e Sanitárias, denominado, Projeto Meu Endereço: Lugar de Paz e Segurança Social. O Projeto foi desenvolvido em cooperação técnica e financeira, entre a Universidade Federal do Pará e o Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia e Aperfeiçoamento Profissional e Tecnológico do Pará, no âmbito do Programa Estadual TerPAz, sob coordenação operacional do Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania do Pará.

A escolha deste tema justifica-se pela importância de compreender como a assistência técnica pode contribuir diretamente para a melhoria das condições habitacionais, em contextos de ocupações urbanas com demanda de regularização fundiária de interesse social, como instrumento de gestão urbana e garantia de direito

à cidade e justiça territorial. Ao relatar a experiência de projetos de ATHIS e sua intersecção com a regularização fundiária, pretende-se não apenas documentar práticas bem-sucedidas, mas também identificar desafios e possíveis caminhos para a ampliação dessa abordagem, buscando soluções que garantam a dignidade e a qualidade de vida dos moradores em situação de precariedade habitacional. A exemplo disto o recorte socioeconômico, com base no salário mínimo expõe uma possível desarticulação entre as leis que institui estes dois instrumentos.

Além disso, ao abordar um tema que envolve legislações específicas e práticas de campo, o trabalho pretende contribuir para a formação de profissionais capacitados a atuar com mais eficácia na implementação de políticas públicas habitacionais, no desenvolvimento de estratégias de regularização fundiária e na promoção de ambientes urbanos mais inclusivos e sustentáveis.

Assim, o estudo se torna relevante tanto para o aprimoramento das práticas profissionais na área de planejamento urbano e arquitetura, quanto para o debate acadêmico sobre o direito à moradia e o papel do Estado e da sociedade na construção de cidades mais justas e acessíveis.

3 DIREITO À CIDADE (DIREITOS FUNDAMENTAIS À CIDADE)

No artigo nº 6 da Constituição Federal de 1988, destinado a assegurar os direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e a moradia (...), embora seja certificado por lei essa atribuição, ainda há um distanciamento entre políticas públicas e infraestrutura adequada a essas áreas populares, ditas periferia e outras nomenclaturas que estão à margem desses acessos. Em meio a estes está o cidadão, que por sua vez tem a necessidade em habitar e, nesse contexto, a moradia é um elemento central do direito à cidade, impactando diretamente na saúde das pessoas e, por consequência, na saúde pública do país. São 2,5 milhões de pessoas que não têm acesso a condições adequadas de moradia, segundo o último censo do IBGE (2022).

Partindo dessa lógica, compreende-se o direito à cidade como o direito à vida urbana, com acessos a serviços propostos pela organização do Estado (Jacobi, 1986). Nesse contexto, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) regulamenta os instrumentos de reforma e desenvolvimento urbano no território brasileiro, subsidiando as administrações públicas municipais no enfrentamento das desconformidades

socioambientais sinalizadas nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Na revisão de Rolnik (2001, p.5; grifo no original) acerca da aplicabilidade de tais instrumentos e arranjos de políticas públicas nacionais, surgiram propostas inovadoras, nas quais seguem principais fundamentos: garantia de direito a cidades sustentáveis, gestão democrática, cooperação entre os setores da sociedade, equipamentos urbanos e comunitários e zoneamento urbano. Esse conjunto de normas prevê a distribuição espacial da população de forma a mitigar os efeitos negativos do crescimento exagerado.

Entretanto, para compreender de forma mais profunda as desigualdades presentes nas cidades brasileiras, é necessário considerar o processo histórico de produção do espaço urbano no Brasil. Como aponta Milton Santos (1993), o espaço é produto e condição da sociedade, refletindo em sua materialidade as contradições sociais que o engendram. No caso brasileiro, esse espaço foi produzido de forma seletiva, privilegiando interesses econômicos e excluindo grande parte da população pobre, especialmente a população negra, das áreas centrais dotadas de infraestrutura urbana e esse processo revela a marginalização do negro na sociedade brasileira Nascimento (2026) onde essa lógica urbana forçou historicamente a população negra a ocupar áreas periféricas e insalubres, muitas vezes em condições precárias de habitação, perpetuando um ciclo de exclusão e vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, o direito à moradia deve ser entendido não apenas como acesso a uma unidade habitacional, mas como parte do exercício pleno do direito à cidade, conforme defendido por Henri Lefebvre (2001). A ausência desse direito impacta diretamente a cidadania, pois a segregação espacial limita o acesso a serviços, oportunidades e ao usufruto da vida urbana em sua totalidade.

Assim, discutir o direito à cidade no Brasil implica reconhecer que a urbanização reproduziu desigualdades raciais e sociais. Para Rolnik (2015), a luta pelo território e pela moradia é também uma luta pelo reconhecimento e pela reparação histórica. Nesse sentido, compreender a produção do espaço brasileiro exige analisar quem foi autorizado a construir e se apropriar da cidade e quem permaneceu à margem desse processo.

Portanto, para entender a gênese das questões de produção de uma nação, é indispensável refletir sobre o papel da população negra na construção material e simbólica do país e como, ao mesmo tempo, foi sistematicamente excluída dos

benefícios urbanos. Somente a partir desse reconhecimento é possível avançar em políticas públicas que garantam uma cidade verdadeiramente inclusiva e democrática.

4 ATHIS E HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

O Brasil enfrenta uma grave crise habitacional, com déficit estimado em sete milhões de unidades e a necessidade de reformar aproximadamente 25 milhões de domicílios que apresentam problemas construtivos, como cobertura e piso inadequados, falta de revestimentos, ausência de banheiro e ausência de regularização fundiária. Destaca-se ainda que cerca de 60% desses domicílios são chefiados por mulheres e 82% foram construídos sem orientação de profissionais de arquitetura, urbanismo ou engenharia (CAU/BR).

A Lei Federal nº 11.888/2008 (Lei da ATHIS) tem como objetivo assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita, abrangendo desde a elaboração de projetos habitacionais até o acompanhamento da obra, sua ampliação e a regularização fundiária. Contudo, o acesso efetivo a essa política pública permanece desigual, especialmente em áreas periféricas da Amazônia, onde a carência de informação e a fragilidade da gestão municipal dificultam sua implementação.

O Projeto Amazônia 2040, iniciativa do CAU Brasil em cooperação com universidades da região, estabelece um legado promissor para a ATHIS ao integrar habitação social, regularização fundiária e saneamento em sua atuação regional CAU Brasil.

Embora ainda mais focados na zona rural, os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em andamento, como o Projeto Rural Sustentável ,Amazônia, já alcançaram 21% do território brasileiro, demonstrando a viabilidade de modelos de assistência técnica adaptada ao contexto local programaruralsustentavel.org.br. A atuação da ATHIS na Amazônia encontra desafios específicos: Fragilidade institucional: muitos municípios carecem de capacidade técnica e informações básicas para implementar a assistência técnica com eficácia. Atenção insuficiente ao contexto local: as soluções pré fabricadas e pouco adaptadas às condições climáticas, culturais e ambientais da Amazônia têm menor aderência e eficácia.

Por outro lado, iniciativas como o Projeto Amazônia 2040 demonstram o potencial transformador da apropriação da ATHIS em perspectiva regional. Essa atuação integrada entre universidades, órgãos profissionais (como o CAU) e gestão pública permite: Capacitação local e transferência de tecnologias adequadas. Processos participativos, fortalecendo o controle social e o protagonismo comunitário. Possibilidade de ampliação da assistência técnica às áreas rurais via ATER, criando sinergias com os princípios da ATHIS.

A habitação de interesse social na Amazônia precisa superar o fosso entre direito formal e prática efetiva. A ATHIS, garantida por lei, representa uma política essencial para democratizar o acesso a moradia adequada. No entanto, sua consolidação depende da expansão de ações estruturadas e contextuais, como as do Projeto Amazônia 2040, e da integração com ATER, demonstrando que é possível, sim, levar assistência técnica com qualidade técnica e sensibilidade territorial.

5 ATHIS COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO À SEGURANÇA DE POSSE

As áreas de baixadas no município de Belém correspondem as áreas de relevo abaixo da cota de inundação (cota 4) e se sobrepõe as áreas reconhecidas como áreas de marinha, reservadas para proteção e manutenção das faixas das margens dos cursos d'água, constituindo longas e extensas áreas de propriedade da União, em regra demarcada ou reconhecidas como áreas de proteção ambiental. Por outro lado, a ausência de estoque de terras destinadas a ocupação e programas habitacionais para população de baixa renda, tornou essas áreas protegidas ambientalmente, a alternativa mais acessível a ocupação popular, sendo a moradia uma necessidade básica e um requisito fundamental a dignidade da pessoa humana. Mas, por outro, lado surge um limite a implantação de infraestrutura e serviços essenciais neste tipo de ocupação social, pela condição físico-natural de pedologia e relevo, em regra com processo construtivo inicial adaptado a condição de várzea, com técnicas tradicionais (vernacular) de construção de palafitas e estivas, que aos poucos recebem aterro em solos alagados/alagáveis, com sistema de vedação de paredes e piso substituído por tecnologia social com uso de adaptação para alvenaria e piso em lajotas. O que tem como consequência a instabilidade estrutural pela carga excessiva em estruturas originalmente de madeira, erguidas com técnicas dos mestres carpinteiros.

Considerando a condição fundiária de natureza pública - que indica dominialidade da terra como patrimônio da União, que no município de Belém se sobrepõe a importantes porções de terra inseridas na Primeira Léguas de Belém – gera sobreposição que leva a conflitos institucionais de natureza jurídica e registral.

Nesse contexto, a ATHIS pode atuar de maneira decisiva para promover a implementação de soluções habitacionais que considerem a realidade local, levando orientação e assistência técnica multidisciplinar a comunidade, nas dimensões jurídicas, urbanísticas e ambientais, para que os ocupantes alcancem o reconhecimento da posse e acesse recursos para melhoria, quando então assessoria técnica efetiva aconteça desde o auxílio profissional desde a elaboração de projeto, escolha de materiais adequados ao ambiente (que respeitem questões de umidade e drenagem), orçamento, acompanhamento da obra com o uso de tecnologias sustentáveis e a adaptação das construções às condições climáticas e geográficas da região. Ou sejam, adequadamente, orientados e inseridos em programas habitacionais específicos para solução eficaz da questão.

A ATHIS pode, ainda, promover o uso de técnicas construtivas mais acessíveis e sustentáveis, viabilizando a melhoria das condições de habitação sem onerar excessivamente as famílias, programas de orientação e monitoramento de práticas de autoconstrução, onde moradores por meio de recursos próprios erguem suas moradias ou contratam pedreiros que desenvolvem soluções pouco adequadas a condição físico natural do recorte territorial das baixadas.

A regularização fundiária surge, nesse contexto, como um componente-chave na consolidação do direito à moradia e na democratização do território urbano. Ao reconhecer legalmente as ocupações e conceder títulos de propriedade ou posse, ela confere segurança jurídica e abre caminhos para o acesso a serviços públicos essenciais (Rolnik, 2015). A ATHIS, articulada a esse processo, pode oferecer suporte técnico qualificado para o levantamento, diagnóstico e adequação das construções existentes, garantindo que atendam aos parâmetros legais e às condições de habitabilidade, sem desconsiderar as especificidades socioambientais do território (Maricato, 2011).

Nas áreas de baixadas zonas alagáveis e densamente ocupadas por populações de baixa renda em cidades amazônicas como Belém, a informalidade urbana é intensificada pelas condições topográficas e pela ausência histórica de políticas públicas eficazes (Cardoso, 2018; Trindade jr., 2015). Nesses contextos, a

ATHIS assume papel estratégico, ao articular conhecimento técnico e saberes locais, promovendo soluções adaptadas ao regime das águas, ao relevo e às práticas construtivas tradicionais. Essa abordagem amplia a eficácia dos programas de regularização e evita que intervenções urbanas repliquem modelos hegemônicos inadequados à realidade amazônica (Castro, 2009).

Além de sua função técnica, a ATHIS possui também um caráter social e político, pois ao envolver os moradores nos processos de concepção e execução das melhorias habitacionais, fomenta o empoderamento comunitário e a autonomia local. A participação ativa das famílias na definição dos projetos e nas obras fortalece laços de solidariedade e promove a construção de um senso de pertencimento e responsabilidade sobre o território (Fernandes, 2006).

6 ESPAÇO PILOTO DE ATENDIMENTO ATHIS

No Pará, a implementação da ATHIS tem se dado por meio de articulações entre as universidades públicas (principalmente a UFPA), secretarias municipais e programas de regularização fundiária. Uma iniciativa de destaque é a implantação de espaços públicos de assistência técnica em Belém através do projeto meu endereço certo, vinculado a projetos de extensões Universidade federal do Pará, em parceria com secretarias municipais, lançou um espaço-piloto de atendimento ATHIS nas usinas da paz, oferecendo vistorias, projetos e capacitação técnica voltada às comunidades locais.

Instituído pelo Governo do Pará em 10 de junho de 2019, por meio do Decreto nº 141, o Programa Territórios pela Paz (TerPaz) consolidou-se como instrumento da Política de Inclusão Social e Redução da Violência. A proposta da central é articular políticas públicas destinadas à prevenção da violência, com foco na reestruturação de territórios marcados por vulnerabilidades e pela desorganização social.

Integrado ao programa estadual Território pela Paz – Ter Paz, a usina da paz é uma iniciativa da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac) criada em 2021 pelo Governo do Estado do Pará em parceria com a iniciativa privada.

O Estado identificou áreas com alta vulnerabilidade social e elevados índices de criminalidade, especialmente em regiões degradadas dos grandes centros urbanos. Nessa perspectiva buscou-se alternativas de enfrentamento a essas situações, assumiu a necessidade de redução das causas da exclusão social e da violência, por

meio da atuação integrada e estratégica dos órgãos da Administração Pública Estadual. Nesse sentido a integração só foi possível através de uma articulação da Secretaria do Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac), junto as políticas de segurança públicas (Segup), onde estabeleceram três formas de atuação colegiado gestor, câmara técnica Intersetorial, rede local de cidadania.

A Câmara Técnica Intersetorial(CTI) estruturou a participação de 35 secretarias, fundações e órgãos da administração direta e indireta do Estado, além de seis instituições parceiras SEBRAE, IFPA, SENAC, SENAI, SENAR, UEPA e UFPA. Essa articulação ocorre em sete áreas temáticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), que se desdobram em eixos estratégicos: (1) capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura; (2) emprego, renda, microcrédito, empreendedorismo e economia solidária; (3) habitação, regularização fundiária e urbanização; (4) saúde, esporte, lazer e assistência social; (5) tecnologia e inclusão digital; (6) meio ambiente e sustentabilidade; e (7) mediação de conflitos e prevenção da violência.

O projeto prevê a implantação de 10 Usinas da Paz na Região Metropolitana de Belém e no sudeste do Pará, viabilizadas por meio de parcerias público e privadas. A empresa Vale foi responsável pela construção de seis unidades (Cabanagem, Benguí, Icuí-Guajará, Nova União, Parauapebas e Canaã dos Carajás), enquanto a Hydro assumiu a execução das obras nos bairros do Guamá, Terra Firme e Jurunas.

Cada Usina disponibiliza mais de 80 serviços gratuitos ofertados pelos órgãos e entidades parceiras, abrangendo desde atividades esportivas, inclusão digital e atendimento médico e odontológico, até consultoria jurídica, emissão de documentos e capacitação profissional. Os espaços também contemplam áreas voltadas à cultura e educação, como salas de audiovisual, bibliotecas, oficinas de teatro, dança, robótica, musicalização, artes marciais, entre outros. A gestão e administração das unidades são de responsabilidade do Governo do Estado do Pará, garantindo a integração das ações com foco na promoção do desenvolvimento social e comunitário.

A presença do projeto Usina da Paz pode servir como um importante vetor de transformações urbanísticas no entorno e redução da violência nos territórios através de “sete eixos fundamentais: capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura; Emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária; tecnologia e inclusão digital; Meio ambiente e sustentabilidade; Mediação de conflitos e prevenção à violência” (Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania, 2022).

6.1 Sala de atendimentos

O Projeto Meu Endereço se alinha em 5 eixos de atuação nos quais se destacas 3) habitação, regularização fundiária e urbanização; (4) saúde, esporte, lazer e assistência social; (5) tecnologia e inclusão digital; (6) meio ambiente e sustentabilidade; e (7) mediação de conflitos e prevenção da violência.

Ao longo dos anos em vigência, pode detalhar diversas funções nas quais dialogam as áreas de regularização fundiária, localização de endereço, melhorias habitacionais, acolhendo as demandas de forma espontânea, conforme o interesse e interação dos moradores, objetivando a redução dos índices de conflitos socioambientais e possibilitando aos moradores acesso a outros serviços após recebimento de um conjunto de peças técnicas que compõe planta de localização político-administrativo, planta urbanística e ambiental, planta de situação fundiária e de competência cartorária junto a encaminhamento chamado de Kit Meu Endereço, promovendo a informação acerca de direitos e contribuindo para a dinâmica no bairro, qualidade de vida dos moradores e organização e produção de espaço (Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania, 2022).

Atuando na comunidade, visando uma mobilização nos bairros da Cabanagem, Benguí, Terra Firme, e especificamente nos Jurunas bairros estudados com o propósito de oferecer os Serviços de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) às pessoas em vulnerabilidade social, por meio da Central de Atendimento Comunitário.

Para tanto, a atuação em ATHIS no Projeto Meu Endereço envolve um trabalho com equipes multiprofissionais e uso de ferramentas de multilinguagem. As demandas individuais são acolhidas através das Salas Meu Endereço Certo, unidades de referência, nas Usinas da Paz do Programa Estadual do Governo do Estado do Pará, localizadas no bairro do Jurunas. Os atendimentos acolhidos nas Usinas são encaminhados à Universidade Federal do Pará (UFPA), para o tratamento dos casos. Inicialmente os casos são agendados pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) e multidisciplinares, onde a Clínica atua na triagem e encaminhamento dos casos.

Dessa forma compreender que os rumos da atuação em assistência técnica está relacionado com a regularização fundiária, junto a recuperação de espaços urbanos, junto a melhorias habitacionais, o direito à moradia é uma responsabilidade nossa defender a política pública junto com a atuação profissional, reconhecendo a

importância do trabalho em rede ou seja em parcerias com outros campos da gestão pública e o papel do técnico na construção de arranjos para a configurações que qualifiquem a lei da ATHIS e políticas pública habitacionais já existente.

A universidade enquanto instituição tem esse papel de tornar profissionais mais conscientes e mais atuantes trabalhando na lógica de intervenções, que são em processos de natureza mais complexa visando à melhoria e alteração de políticas públicas ou acesso a elas através de trabalhos na sociedade de forma gratuita.

6.2 Estudo clínico

A Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA), desenvolve o Projeto de Criação da Clínica de Direito à Cidade, Prevenção e Tratamento Adequado de Conflitos Público-Privados na Amazônia Multiverdades.

O projeto foi aprovado pela Resolução ICJ n.º 38, de 31 de março de 2022, e atualizado em versão de 1º de setembro de 2023, consolidando-se como uma iniciativa de extensão universitária, ensino e pesquisa aplicada.

A Clínica tem como objetivo central assegurar o acesso a direitos urbanos, territoriais e ambientais, articulando saberes técnicos e jurídicos em uma perspectiva interdisciplinar e de assistência técnica de interesse social (ATHIS). Sua atuação está voltada à mediação de conflitos socioespaciais, apoio técnico à regularização fundiária e à promoção de políticas públicas inclusivas, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Belém.

Estrutura e Metodologia de Atuação

A Clínica Multiprofissional opera por meio da integração entre diferentes campos profissionais, como Direito, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Serviço Social, seguindo uma metodologia baseada na escuta qualificada, diagnóstico territorial e proposição de soluções técnicas e jurídicas conjuntas.

As etapas do processo de atendimento e acompanhamento técnico são divididas da seguinte forma:

1) Acolhimento e cadastro inicial

- Escuta social e identificação das demandas da família ou comunidade;

- Localização geográfica da moradia (escala bairro-quadra);
- Registro por meio de:
- Formulário de cadastramento;
- Planilha de cadastro;
- Planta de localização político-administrativa;
- Planta urbanística e ambiental, com indicação de obras públicas e riscos socioambientais;
- Planta de situação fundiária e competência cartorária.

2) Levantamento técnico e georreferenciamento

(escala quadra-lote)

- Elaboração de plantas de situação na quadra;
- Planta de limites de lote e confrontações;
- Memorial georreferenciado e planta de locação das unidades.

3) Mediação e tratamento de conflitos (escala

intralote/unidade)

- Análise de relações culturais e construtivas de vizinhança;
- Elaboração de planta da situação pretendida;
- Termo de acordo com especificações técnicas do imóvel;
- Plano de ações interventivas e mitigação de impactos;
- Projeto de intervenção arquitetônica;
- Memorial descritivo e orçamentário.

A iniciativa reafirma o papel da universidade como agente de transformação social, ao aproximar o ensino técnico-científico das demandas reais da população. Por meio da Clínica, estudantes e pesquisadores desenvolvem práticas integradas de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo processos formativos críticos e comprometidos com a função social da cidade e do território.

Essa experiência evidencia que o trabalho técnico não se limita à dimensão construtiva, mas integra também os aspectos jurídicos, ambientais, culturais e políticos da urbanização na Amazônia.

No mapa a seguir, é possível observar a distribuição espacial dos atendimentos e a evolução dos processos entre os anos de 2022 e 2025, totalizando 105 famílias acompanhadas.

As cores representam as diferentes situações dos casos: amarelo indica processos em andamento; verde, casos concluídos com a entrega dos kits e material de orientação; azul, processos em fase de finalização; rosa, novos acolhimentos; vermelho, casos ainda em tramitação; preto, situações em que não foi possível localizar o endereço informado ou houve mudança de residência; e cinza, processos arquivados por desistência ou falecimento do beneficiário.

7 CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DO JURUNAS E SUAS DINÂMICAS ADMINISTRATIVAS, URBANÍSTICAS AMBIENTAL E FUNDIÁRIA

Situado na região central de Belém, o bairro do Jurunas possui uma trajetória profundamente marcada pela relação entre o urbano e o ribeirão, de circunvizinhança com o Centro Histórico e à orla do rio Guamá além dos bairros de Batista campos e Condor. Sua ocupação ocorreu simultaneamente à ocupação portuguesa sobre solo belenense. No início do século XVIII já havia movimentos populacionais para a ocupação do território (Cardoso, 2021) inicialmente por portugueses, seguido de nordestinos durante o período da borracha, e por fim a ocupação se deu também com a libertação de pessoas escravizadas, visto que as mesmas sem ter onde ir seguiram com o fluxo intenso para a área que hoje é entendida como Jurunas.

Considerado um dos bairros mais antigos do município, sua ocupação data nos anos de 1850, após o aterramento Igarapé do Pirí, que se integra à Primeira Léguas

Patrimonial da cidade de Belém (Cardoso, 2021). Essa ocupação remonta ao processo de expansão da cidade sobre as áreas de várzea e terras da marinha, sobretudo a partir do final do século XIX, quando a população de trabalhadores: pescadores, marisqueiros, estivadores e migrantes do interior, transformaram as margens dos igarapés em territórios de moradia e convivência segundo (Cardoso, 2021).

De extensão territorial de 245,2 km² e população de 53.985 habitantes (IBGE, 2022), revela em sua composição étnico-racial um predomínio de 74% de pessoas não brancas, negras, indígenas e mestiças, evidenciando o caráter afro-indígena da construção identitária desse território. Mais da metade da população é composta por mulheres (52,88%), cuja presença se faz central na produção cotidiana de vida nas baixadas.

METODOLOGIA

O caminho metodológico utilizado foi de pesquisa descritiva, e analítica de natureza qualitativa. O estudo descritivo consistiu em observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos da natureza do objeto estudado sem manipulá-los (Cervo Bervian, 2002). As características da pesquisa qualitativas correspondem a compreender e explicar com precisão a relação entre o global e o local em determinado fenômeno, além de observar o mundo social e o mundo natural e suas diferenças apresentadas (Gerhardt *et al.*, 2009).

A atualidade da temática Assistência técnica de interesse Social (ATHIS) vem se fortalecendo em frente às políticas públicas, na região metropolitana sobretudo em áreas de baixadas, como instrumento para regularização fundiária e redução de conflitos socioespaciais, e o fato de investigação se dar a partir do contexto real de vivência dos moradores cadastrados no projeto Meu endereço certo que integra o Programa Território pela Paz, TerPaz da usina da paz do jurunas/condor que evidencia a importância pelo estudo descritivo e analítico como pesquisa.

O estudo foi realizado no bairro do Jurunas, no município de Belém, capital do estado do Pará, Brasil. Este bairro está localizado na zona sul, situado na região central da cidade fazendo limites ao centro histórico e a orla do rio Guamá além dos bairros da Batista campos e condor (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do bairro do Jurunas, Belém, Pará.

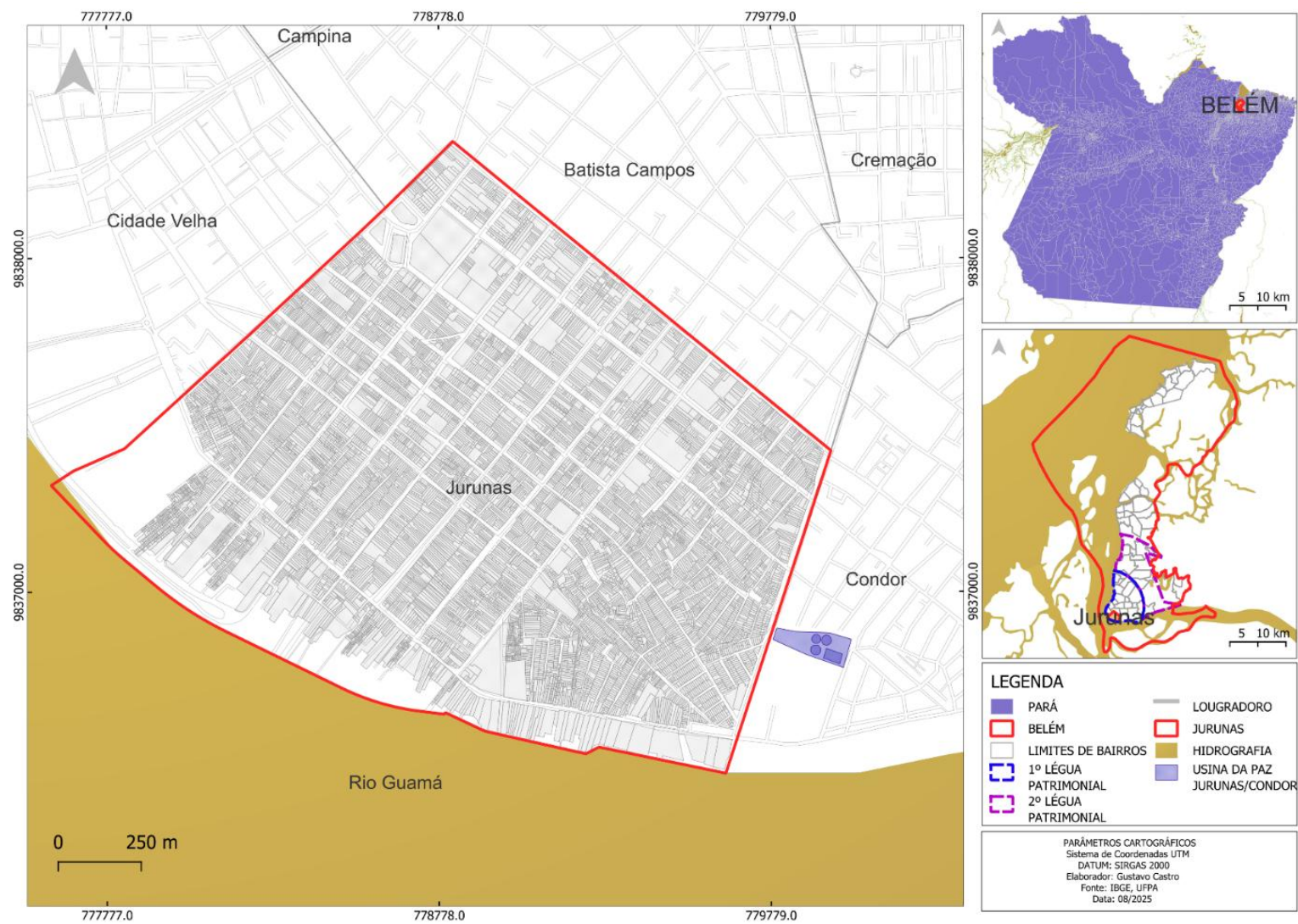
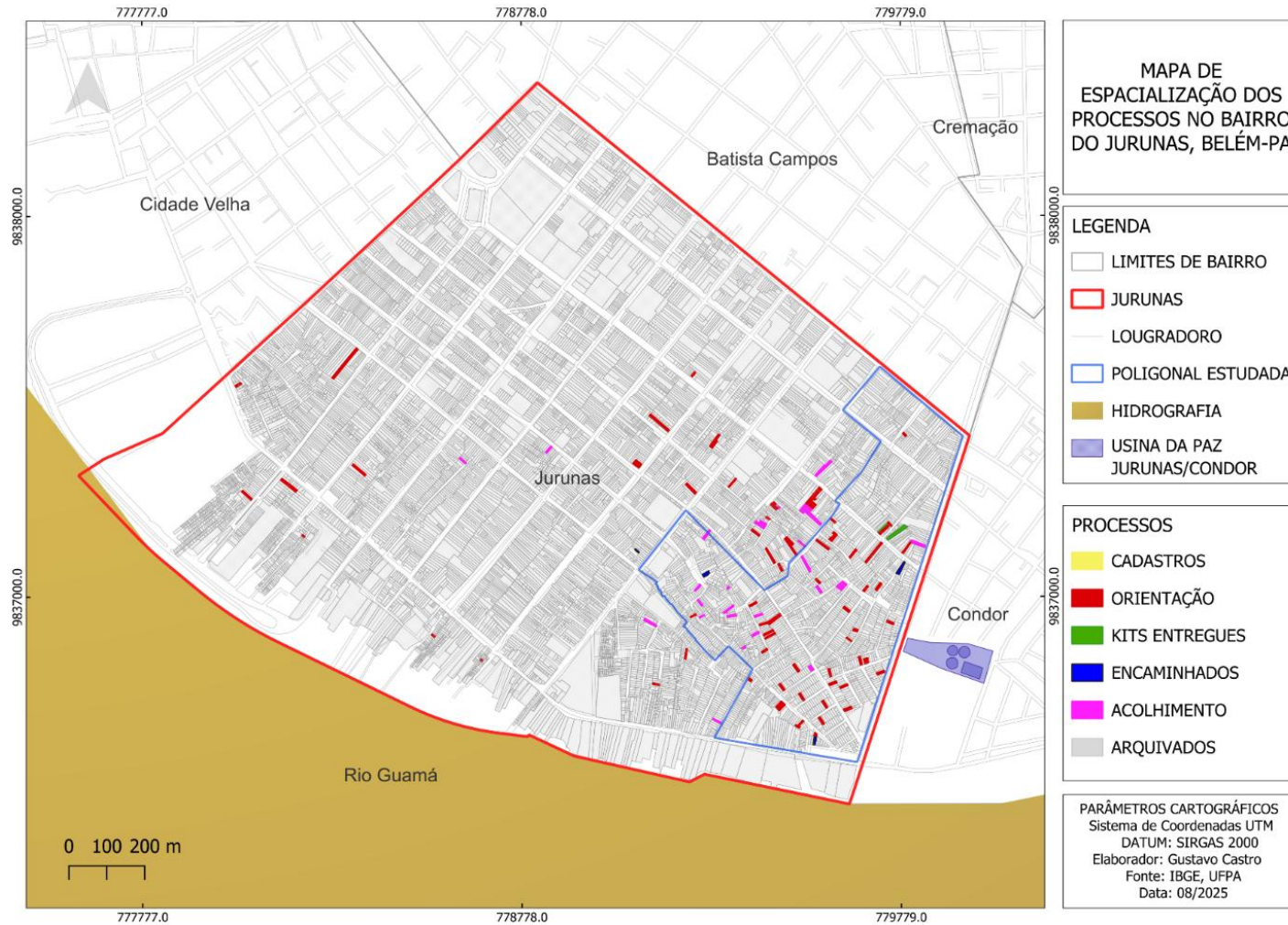


Figura 2 – Mapa de localização de processos abertos do Projeto Meu Endereço Certo no Bairro do Jurunas, 2020 a 2025.



7.1 Diagnóstico social e habitacional das famílias atendidas

O mapa elaborado oferece uma visão abrangente do andamento das ações realizadas, permitindo acompanhar as diferentes etapas de atendimento e identificar as necessidades específicas de cada família. A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) relaciona-se diretamente com esse conjunto de informações, uma vez que reflete as condições precárias de moradia, os desafios de habitabilidade e, em muitos casos, situações emergenciais que demandam intervenções imediatas e interdisciplinares.

A pesquisa possibilitou uma análise qualitativa dos atendimentos realizados, revelando indicadores sociais, econômicos e habitacionais que ultrapassam as demandas inicialmente registradas. Os dados demonstram a interdependência entre a precariedade habitacional e as desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam o território do bairro das Jurunas.

Na tabela 1, observamos que das 81 famílias cadastradas, a maioria 82,72% são chefiadas por mulheres, das quais 64,42% se declaram solteiras. Essa predominância feminina na chefia de domicílios expressa a centralidade das mulheres sobretudo negras, periféricas e idosas na sustentação das famílias e na luta pelo direito à moradia digna. Como aponta Lélia Gonzalez (1988), a mulher negra ocupa o lugar da “mãe de todos”, sendo historicamente responsável pela reprodução material e simbólica das comunidades, ainda que o Estado insista em invisibilizar seu papel político e urbano.

Constatou-se ainda que 58,2% das pessoas possuem idade superior a 60 anos, o que evidencia a presença significativa de uma população idosa vivendo em condições de vulnerabilidade habitacional. Além disso, 75,3% das famílias estão inseridas no mercado informal, encontram-se desempregadas ou dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado, o que reforça a importância de políticas públicas voltadas à geração de renda e à proteção social.

Esses dados apontam que a informalidade do trabalho, associada à ausência de políticas habitacionais estruturadas, limita as possibilidades de inserção em empregos formais e de mobilidade social, perpetuando o ciclo de precarização e desigualdade que caracteriza as áreas de baixada.

Tabela 1: Variáveis Socioeconômicas dos moradores cadastrados no Projeto Meu Endereço do bairro do Jurunas, Belém-Pará 2025.

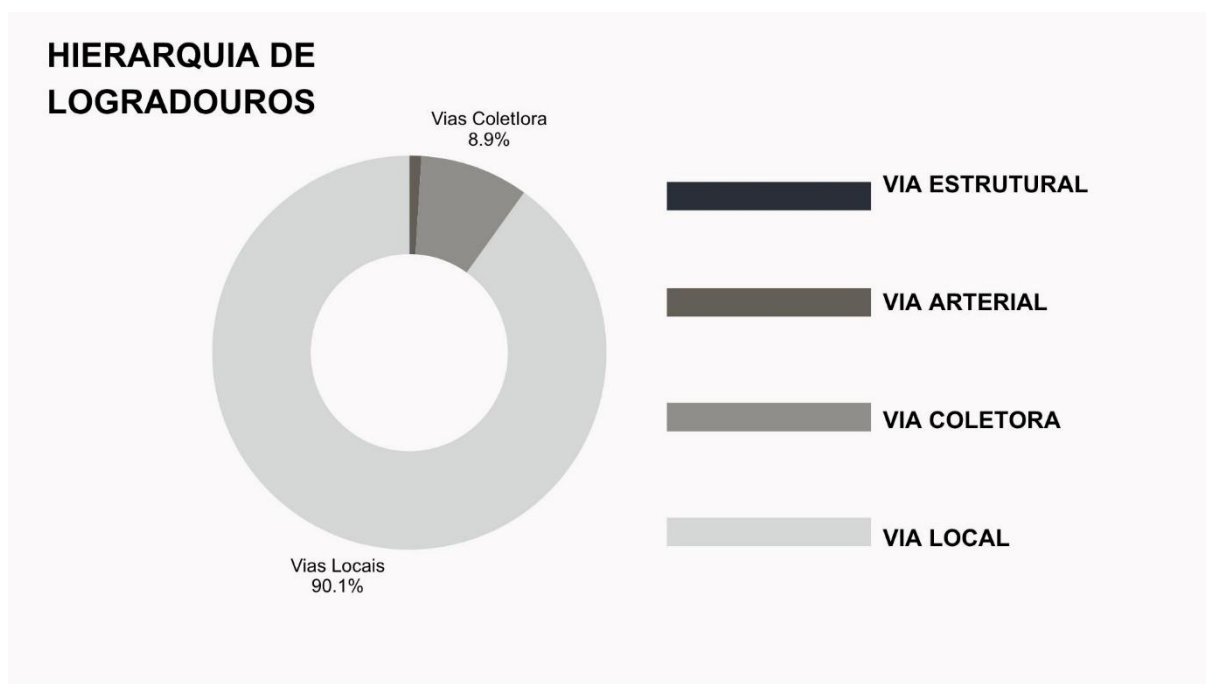
Variáveis	N	%
Gênero		
Feminino	67	82,72
Masculino	14	17,28
Classificação de Idade		
25 a 39 anos	10	12,35
40 a 59 anos	24	29,63
≥ 60	47	58,02
Estado civil		
Solteiro(a)	44	54,32
Casado(a)	14	17,28
União estável	11	13,58
Divorciado(a)	1	1,23
Viúvo(a)	11	13,58
Profissão/ocupação		
Desempregado	3	3,7
Estudante	1	1,23
Autônomo(a)	4	4,94
Emprego formal	9	11,11
Emprego informal	58	71,6
Aposentado	6	4,41

7.2 Diagnostico da polígona estudada

O diagnóstico socioterritorial da área de estudo, que compõe 40 quadras evidencia a complexidade de um tecido urbano moldado por processos históricos de resistência e adaptação a condição físico natural do território. Essa leitura urbanística permite compreender a forma como os moradores, em diálogo com o ambiente natural e com as contradições da cidade formal, constroem modos próprios de habitar e produzir espaço.

A análise da morfologia urbana revela a coexistência de diferentes tipos de logradouros, que variam entre becos, passagens estreitas e vias principais, compondo uma estrutura espacial heterogênea e orgânica. Essa configuração reflete as dinâmicas de ocupação popular e a ausência de planejamento estatal que, illogicamente, resultaram em uma urbanidade viva e adaptável (Figura 3).

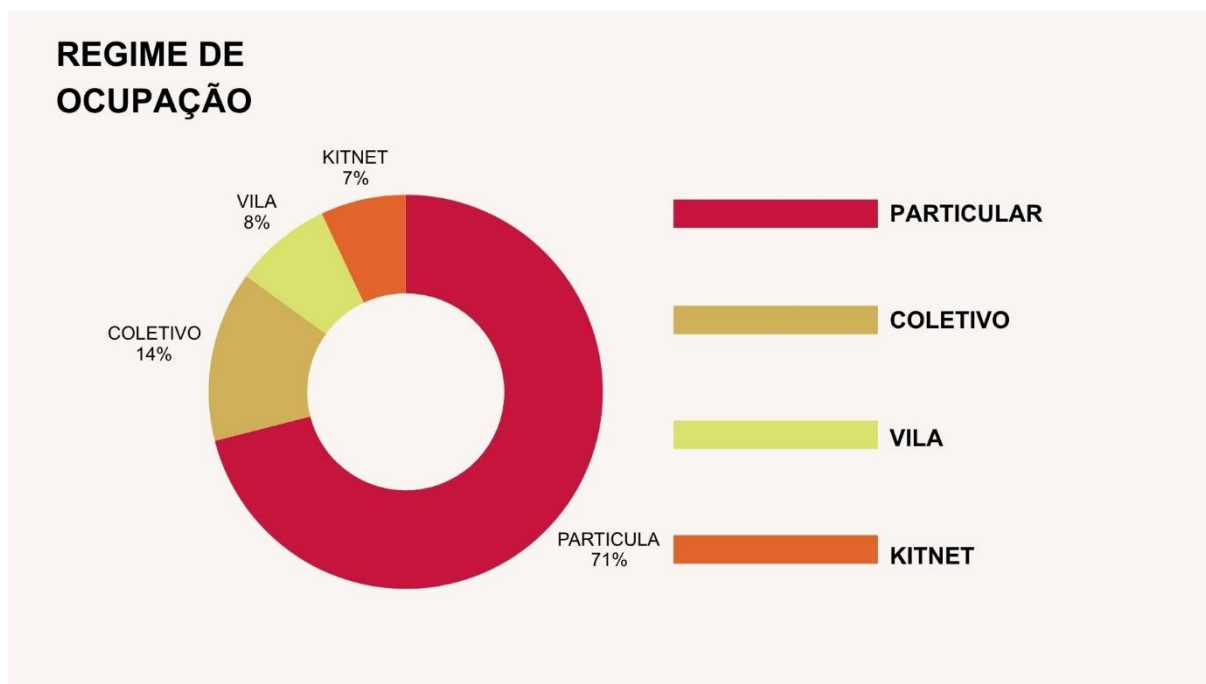
Figura 3 – Gráfico de Hierarquia de logradouro da polígona estudada, 2005.



Fonte: Projeto meu endereço (2024).

O regime de ocupação é marcado pela presença de moradias particulares, coletivas, vilas e kitnets, configurando uma paisagem de uso intensivo e multifuncional do solo. Essas formas de ocupação revelam estratégias populares de permanência no território e de enfrentamento à especulação imobiliária (Figura 4).

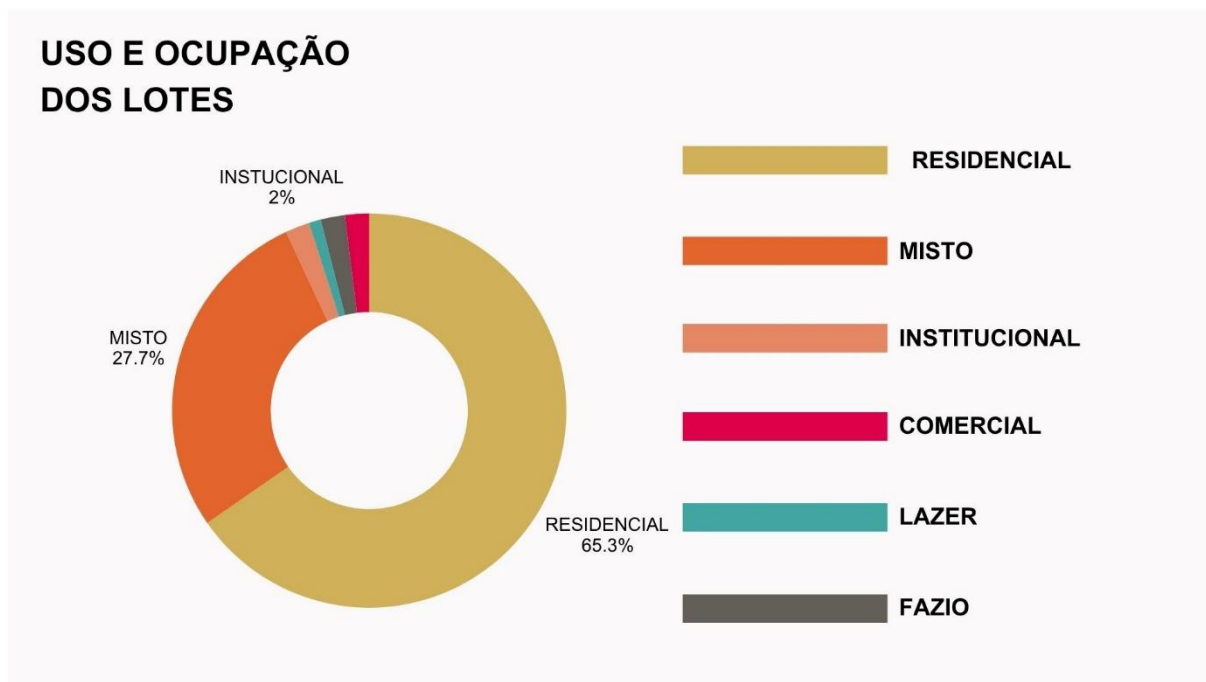
Figura 4 – Gráfico de Regime de ocupação da Poligonal estudada, 2025.



Fonte: Projeto meu endereço (2024).

Em relação ao uso dos lotes, nota-se uma composição diversificada entre funções residenciais, comerciais, institucionais e de lazer, resultando em uma configuração espacial híbrida e dinâmica. Essa mescla funcional reforça o caráter comunitário e autogerido das áreas de baixada, onde o cotidiano e o trabalho se entrelaçam no mesmo espaço (Figura 5).

Figura 5 – Gráfico de uso e ocupação da poligonal estudada, 2025.



Fonte: Projeto meu endereço (2024).

O material construtivo predominante é a alvenaria, embora ainda sejam recorrentes construções em madeira e de caráter misto, especialmente em áreas sujeitas a inundações. Essa diversidade material reflete tanto as condições socioeconômicas dos moradores quanto as formas criativas de adaptação às condições ambientais e à escassez de recursos técnicos (Figura 6).

Figura 6 – Gráfico de material construtivo da poligonal estudada, 2025.

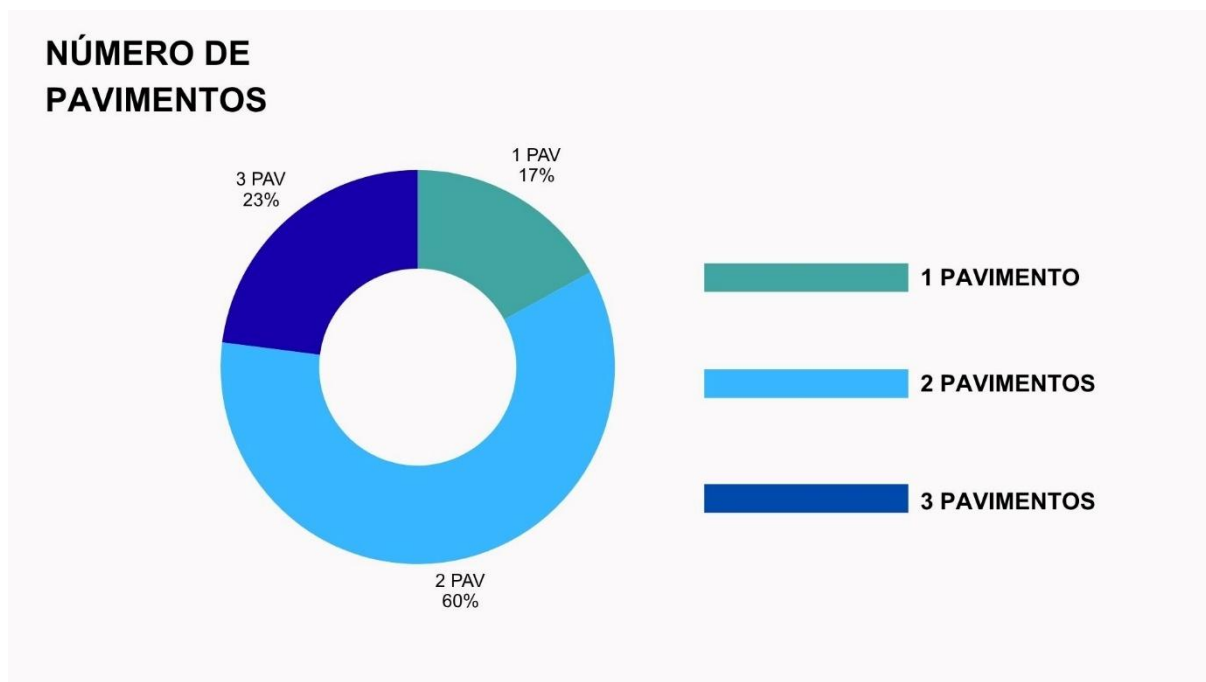
**MATERIAL
CONSTRUTIVO**



Fonte: Projeto meu endereço (2024).

Quanto ao número de pavimentos, prevalecem edificações térreas e de dois andares, evidenciando as limitações impostas pelo solo de várzea, mas também o surgimento de processos de verticalização pontual, que sinalizam transformações recentes na paisagem urbana e nas relações de uso do espaço (Figura 7).

Figura 7 – Gráfico de número de pavimentos da poligonal estudada, 2025.



Fonte: Projeto meu endereço (2024)

7.3 Tipologia das demandas identificadas no Projeto Meu Endereço

A análise das demandas apresentadas pelas 81 famílias cadastradas no Projeto Meu Endereço revela um panorama diversificado das necessidades habitacionais e fundiárias presentes nas áreas de baixada do bairro do Jurunas. Com base na classificação proposta por Raiol Corrêa, Dos Santos e Fischer (2025), as solicitações foram agrupadas segundo quatro eixos principais de atendimento: localização, regularização fundiária, melhorias habitacionais e resolução de conflitos.

De acordo com os dados sistematizados (tabela 2), observa-se que a maior parte das demandas (49,6%) está relacionada à categoria “Kit Meu Endereço, Regularização Fundiária e Melhorias Habitacionais”, correspondendo a 40 famílias. Essa predominância evidencia que o público atendido busca não apenas o reconhecimento jurídico da posse, mas também melhorias físicas nas condições de moradia, expressando a sobreposição entre o direito à terra e o direito ao habitar digno uma relação que reflete o que Cardoso (2012) denomina de “desconformidades socioambientais complexas”.

Em seguida, 21,6% das famílias (18 solicitações) demandaram Kit Meu Endereço e Regularização Fundiária, configurando casos em que a principal necessidade é a formalização do vínculo territorial, ou seja, o reconhecimento da

moradia perante o poder público. Essas demandas se aproximam da categoria de “segurança da posse” descrita por Raiol Corrêa et al. (2025), na qual o foco recai sobre a regularização documental e o acesso a instrumentos como a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM): que reconhece o direito de famílias que ocupam há pelo menos cinco anos, de forma mansa e pacífica, um imóvel público para morar. Ela não transfere a propriedade, mas concede o uso estável, garantindo segurança jurídica e evitando remoções arbitrárias, como um pacto silencioso entre território e morador que afirma, e a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU): Funciona como um acordo que autoriza ocupar, construir, cultivar ou desenvolver atividades de interesse social ou econômico, garantindo estabilidade e segurança ao uso, enquanto o terreno continua pertencendo ao Estado.

Já as demandas que combinam Regularização Fundiária e Resolução de Conflitos representam 19,2% do total (16 casos). Nesses cenários, o processo técnico e jurídico é acompanhado por disputas de vizinhança, sobreposição de lotes ou divergências internas entre familiares, o que requer atuação conjunta da ATHIS com o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) e o 7º CEJUSC, em estratégias de mediação e pacificação social.

As solicitações mais complexas, que englobam Regularização Fundiária, Melhorias Habitacionais e Resolução de Conflitos, somam 6% das demandas (5 casos), demonstrando situações de vulnerabilidade aguda em que as condições físicas precárias da habitação coexistem com conflitos fundiários e ausência de garantias legais. Esses casos revelam a necessidade de atuação multidisciplinar articulada, envolvendo direito, arquitetura, engenharia e serviço social, como preconiza a Lei nº 11.888/2008.

Por fim, as demandas classificadas apenas como “Localização” correspondem a 3,6% (3 solicitações), sendo predominantemente voltadas à identificação e georreferenciamento do imóvel. Ainda que representem a menor parcela, essas solicitações são fundamentais para o reconhecimento administrativo das moradias e constituem a base de qualquer processo de regularização fundiária futura.

De forma geral, a leitura dos dados demonstra que as famílias do Jurunas não demandam apenas regularização legal, mas reconhecimento territorial e melhoria das condições de vida. Cada solicitação, portanto, traduz a busca por dignidade e permanência no território, em consonância com o entendimento de Gonzalez (1988) e

Rolnik (2015) de que o direito à moradia é também um direito de existência e de cidadania.

Tabela 2: Tipografia das demandas identificadas nos cadastros dos moradores do Projeto Meu Endereço no bairro do Jururas, Belém-Pará 2025.

Tipo de demanda	N	%
Localização	3	3,6
Kit Meu Endereço e Regularização Fundiária	18	21,6
Kit Meu Endereço, Regularização Fundiária e Melhorias Habitacionais	40	49,6
Kit Meu Endereço, Regularização Fundiária e Resolução de Conflitos	16	19,2
Kit Meu Endereço, Regularização Fundiária, Melhorias Habitacionais e Resolução de Conflitos	5	6

Para a compreensão acerca da dimensão sobre o impacto do projeto Terpaz como caminho metodológico serão utilizadas diversas ferramentas metodológicas, entre elas a pesquisa descritiva, que observa, registra, analisa e correlaciona fenômenos, da sua natureza do objeto estudado e suas características segundo Cervo e Serviam (2002).

7.4 Intervenções emergenciais e qualificação das demandas habitacionais

A partir da análise das demandas específicas registradas no universo das 81 famílias cadastradas no projeto Meu Endereço Certo, observa-se que as necessidades habitacionais não se limitam a uma única natureza de intervenção. As tipologias de demandas se sobrepõem e revelam camadas de vulnerabilidade que ultrapassam a leitura técnica e estrutural clássica da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). Nesse contexto, as intervenções emergenciais se configuram como ações imediatas voltadas a retirar as famílias da situação de crise que compõe o núcleo da vulnerabilidade habitacional.

Essas intervenções emergenciais envolvem predominantemente reparos estruturais essenciais, como o reforço de paredes e fundações, substituição ou reparo de coberturas (telhados), instalação ou adequação de banheiros, e melhorias na vedação, reboco e acessibilidade esta última especialmente relevante diante do perfil etário das famílias, majoritariamente com pessoas de 60 anos ou mais. Em muitos casos, a inadequação da mobília e a ausência de pisos regulares também se apresentam como fatores que afetam diretamente a salubridade e a dignidade do espaço doméstico.

Os achados dialogam com as evidências apresentadas no Relatório de Percepção de Mudanças (Habitat Brasil, 2024), em que mais de 98% das famílias atendidas relataram aumento significativo no conforto, salubridade e autoestima após intervenções semelhantes como troca de telhados, reformas de banheiros, reboco e impermeabilização de paredes, instalação de piso e melhorias de ventilação e iluminação natural. A pesquisa evidencia que melhorar as condições habitacionais é também promover saúde pública, reduzindo doenças respiratórias e fortalecendo o bem-estar familiar, especialmente entre idosos e crianças.

Essas ações de caráter emergencial e imediato constituem, portanto, a base de uma política de transição entre a precariedade e o direito à moradia adequada. Elas não apenas estabilizam situações críticas, mas também preparam o terreno para intervenções mais estruturais e participativas, baseadas nos princípios da autoconstrução assistida e da autorregulação dos territórios, conforme discutido por Nisida (2019) em *A Autorregulação nos Territórios*. A prática de intervenção nesses contextos demanda reconhecer o saber e a urgência dos moradores na produção de suas próprias moradias, evitando soluções impostas e valorizando o caráter coletivo e emancipador da ação técnica.

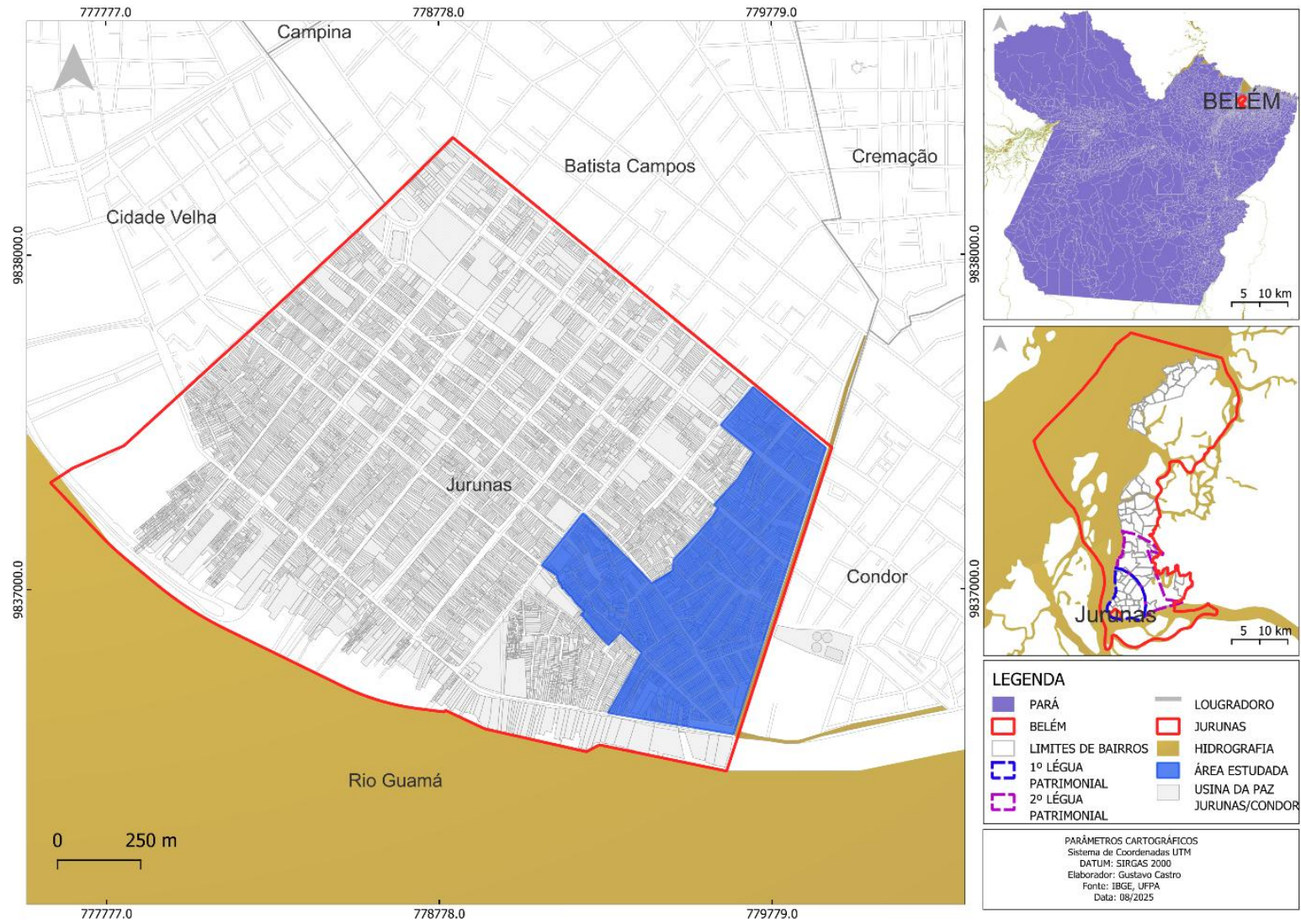
Assim, a lógica das intervenções emergenciais se ancora em três eixos complementares:

Resposta imediata à crise habitacional, com foco na mitigação de riscos e na habitabilidade mínima;

Reconhecimento e qualificação das demandas, compreendendo a complexidade das sobreposições entre infraestrutura, saúde e acessibilidade;

Integração com processos participativos de ATHIS e autoconstrução, que transformam o reparo emergencial em ponto de partida para o fortalecimento comunitário e a consolidação do direito à moradia digna

Figura 8 – Mapa de localização da área estudada.

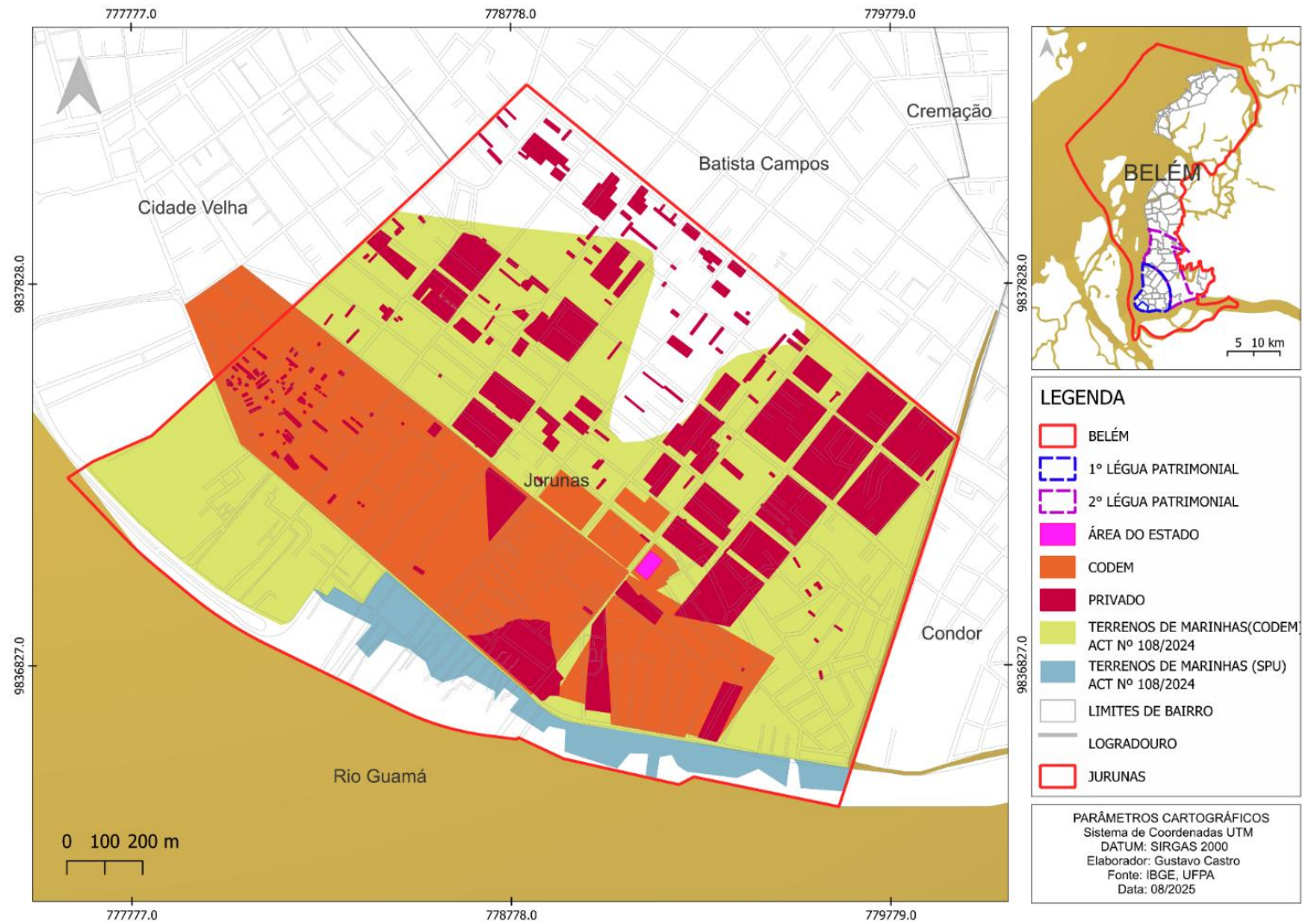


Fonte Projeto meu endereço (2025).

Já os registros públicos da área correspondente ao bairro do Jurunas ocorreram cerca de 120 anos após o início de sua ocupação, apenas na década de 1970, quando a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) passou a conduzir a gestão fundiária de diversos bairros da capital, por meio das transcrições realizadas no 1º Ofício de Imóveis (Machiavelli, 2008).

Nesse período, a CODEM iniciou processos de regularização e transferência de domínio, resultando na emissão de vários títulos de propriedade o que, em alguns casos, configurou a titulação parcial de áreas do Jurunas. Como ilustrado no mapa a seguir, é possível identificar, em vermelho, os terrenos de domínio de terceiros ou em regime de transpasse, bem como a diversidade de lotes existentes e a delimitação entre as áreas pertencentes à Primeira e à Segunda Légua Patrimonial de Belém.

Figura 9 – Mapa fundiário do bairro do Jurunas, Belém-Pa.



Elaborado pelo autor ,fonte Clinica Multivercidades na Amazônia (2025).

Desde 1996, o Município de Belém mantém uma disputa judicial com a União pela posse e titularidade de áreas localizadas no bairro do Jurunas e em outras partes da cidade, em razão da sobreposição de dominialidade sobre terrenos classificados como Terras de Marinha e seus acrescidos (Machiavelli, 2008). A União sustenta áreas não foram doadas pela Coroa Portuguesa, permanecendo, sob domínio federal.

Diante dessa controvérsia, foi instaurada a Ação de Apelação Cível nº 005185-52.2004.4.01.3900, movida entre o Município de Belém e o Ministério Público Federal, que questiona a legitimidade da demarcação realizada pela União e a extensão dos limites de domínio federal sobre o território urbano de Belém.

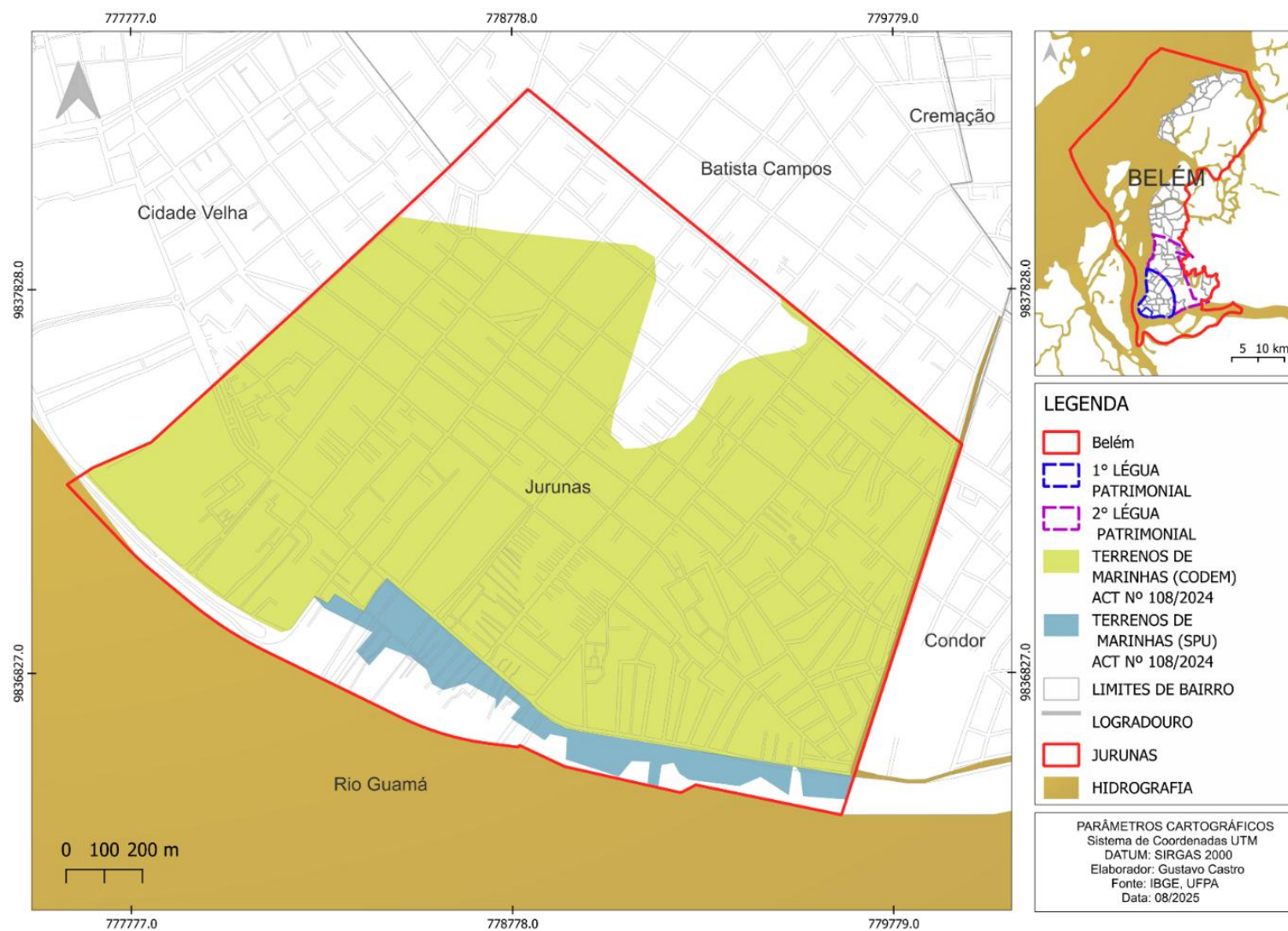
Essa disputa de dominialidade está relacionada à natureza jurídica das Terras de Marinha e seus acrescidos, bens pertencentes à União conforme o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que define as faixas de terra situadas até trinta e três metros da linha do preamar médio de 1831. Os chamados acrescidos correspondem às áreas resultantes de processos naturais ou artificiais de formação de solo como aterros ou sedimentações, sendo comuns nas margens dos rios e igarapés que caracterizam a paisagem belenense.

No caso do bairro do Jurunas, tais condições geográficas fizeram com que parte significativa de suas terras fosse enquadrada como de domínio da União, o que explica a recorrência de conflitos fundiários entre os entes federativos e os moradores locais (Machiavelli, 2008).

Em 2024 houve Acordo de Cooperação Técnica de nº 108/2024, firmado entre a Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU/PA), a UFPA e a CODEM, como objetivo permitir que o município assumira a gestão e o processo de regularização fundiária de áreas sob domínio da União. Esse acordo autoriza o município a conduzir ações de cadastro, titulação e melhoria habitacional em bairros com ocupações consolidadas, seguindo as diretrizes da Lei nº 13.465/2017 e da Portaria SPU nº 2.826/2020.

No caso do Jurunas, que apresenta sobreposição entre terrenos da União e áreas da Primeira Léngua Patrimonial, o mapa espacializa a divisão da administração das terras de marinha em duas partes, a porção maior em amarelo para a CODEM, e em azul parte da zona portuária continua sendo da união, a flexibilidade de atuação da act nº108/2024 possibilita que o município, com apoio técnico da UFPA, atue na regularização e titulação de famílias, contribuindo para reduzir a insegurança da posse e promover o direito à moradia e à cidade.

Figura 10 – Mapa de Situação Fundiária e Registral do bairro do Jurunas.



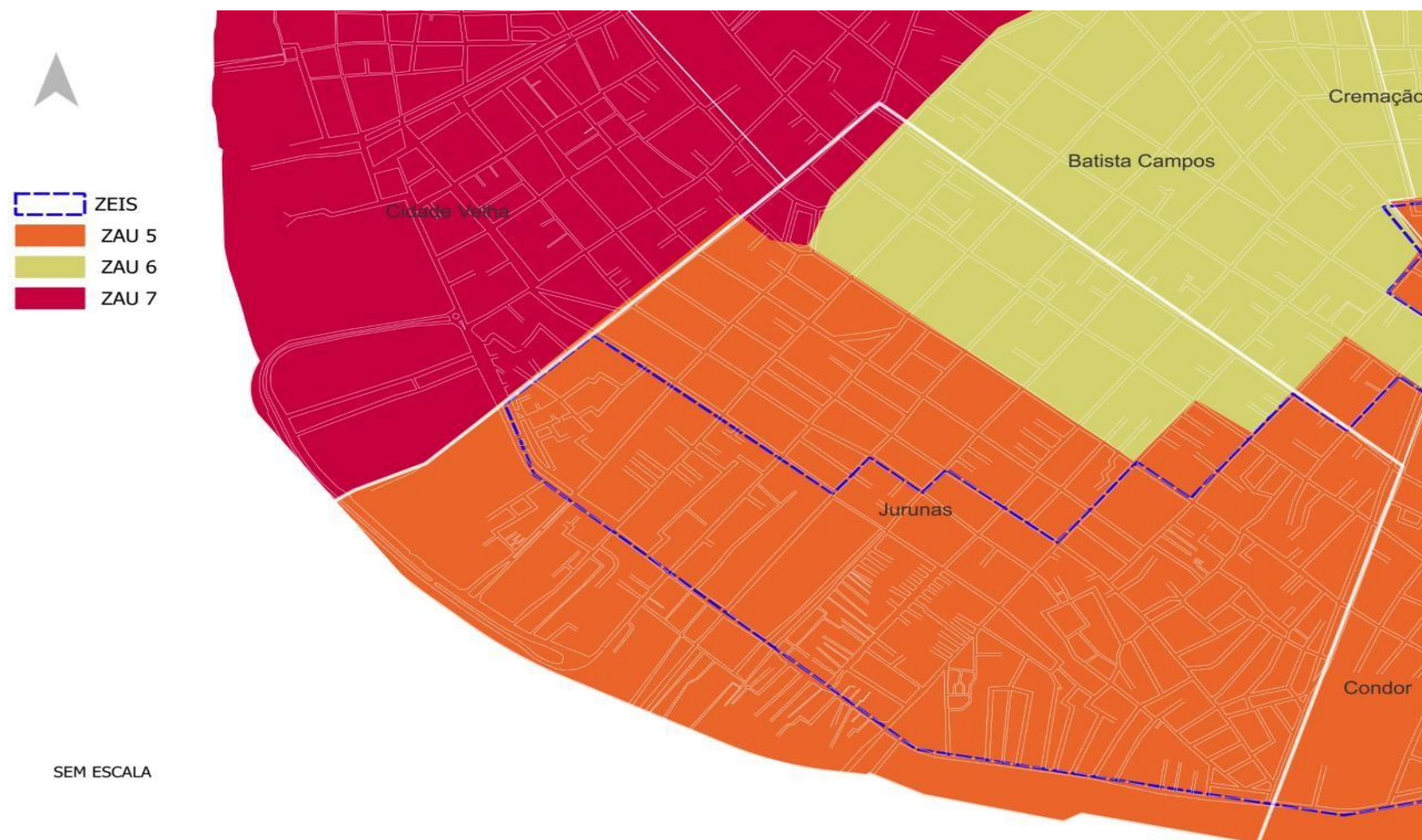
Fonte: elaboração Autor.

Na caracterização do bairro do Jurunas observamos no mapa também uma sobreposição de quatro tipos de zoneamento no bairro: a linha tracejada em azul indica a área considerada Zona Especial de Interesse Social, conhecida como ZEIs, que dispõe de dispositivos legais da Lei nº 8.655 de julho de 2008 sobre o Plano Diretor do Município de Belém que define as necessidades específicas para cada tipo de zoneamento. Por tanto a ZEIS é uma demarcação administrativa que indica necessidades de tratamento diferenciado que se refere a ações de melhorias habitacionais e regularização fundiária, de forma a viabilizar as condições de permanência da população que se incide nessa área (Art. 101, Plano Diretor de Belém).

A dinâmica urbanística do bairro do Jurunas, segundo o Plano Diretor de Belém, reflete a sobreposição de diferentes instrumentos de ordenamento territorial, que buscam orientar o uso do solo e as políticas públicas de urbanização. Além de estar dividido em Zonas de Ambiente Urbano (Zaus 5, 6 e 7), o Jurunas também apresenta áreas classificadas como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), indicadas no mapa pela linha tracejada em azul.

Conforme os artigos 101 a 107 da Lei nº 8.655/2008, a ZEIS é uma demarcação administrativa que reconhece territórios populares consolidados e estabelece tratamento diferenciado, com o objetivo de viabilizar ações de urbanização, regularização fundiária e habitação de interesse social, assegurando a permanência da população local. Assim, os lotes incluídos na ZEIS recebem prioridade em investimentos de infraestrutura, acessibilidade e políticas habitacionais, reforçando o caráter social e comunitário do bairro. Essa classificação evidencia o papel do Jurunas como território prioritário para políticas urbanas inclusivas, articulando a regulação formal do espaço à realidade das ocupações e práticas populares de moradia.

Figura 11 – Mapa de Zoneamento do Ambiente Urbano – ZAU e Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.



Fonte: Plano Diretor do Município de Belém 2008.

A ZAU-5, representada em laranja, corresponde à maior extensão territorial e tem como função complementar a infraestrutura básica e promover a urbanização com ampliação de equipamentos públicos. Já ZAU-6, em amarelo, tem foco no investimento em mobiliário urbano, acessibilidade e controle do adensamento construtivo. Por fim, a ZAU-7, em vermelho, destina-se à requalificação dos núcleos históricos e ao estímulo do uso habitacional, buscando conciliar preservação e moradia.

As Zonas de Ambiente Urbano (ZAUs), previstas no Plano Diretor de Belém e regulamentadas pela Lei Complementar de Controle Urbanístico nº 02/1999, representam a tentativa do poder público de traduzir em normas as diferentes dinâmicas de uso e ocupação do território. Elas estabelecem diretrizes específicas conforme as condições urbanas, sociais e ambientais de cada área.

9 SANEAMENTO BÁSICO NO BAIRRO DO JURUNAS: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E REMOÇÕES

O bairro do Jurunas, situado às margens do rio Guamá, em Belém (PA), integra a Bacia da Estrada Nova, reconhecida como uma das áreas mais críticas da cidade no que se refere ao saneamento e à moradia. Historicamente, o bairro foi ocupado por populações de baixa renda que buscavam proximidade com o centro urbano e acesso a oportunidades de trabalho. No entanto, sua localização em terras de várzea, constantemente sujeitas a alagamentos, resultou em um processo de ocupação marcado pela precariedade habitacional e pela ausência de infraestrutura básica (Penteado, 1968; Araújo, 2008).

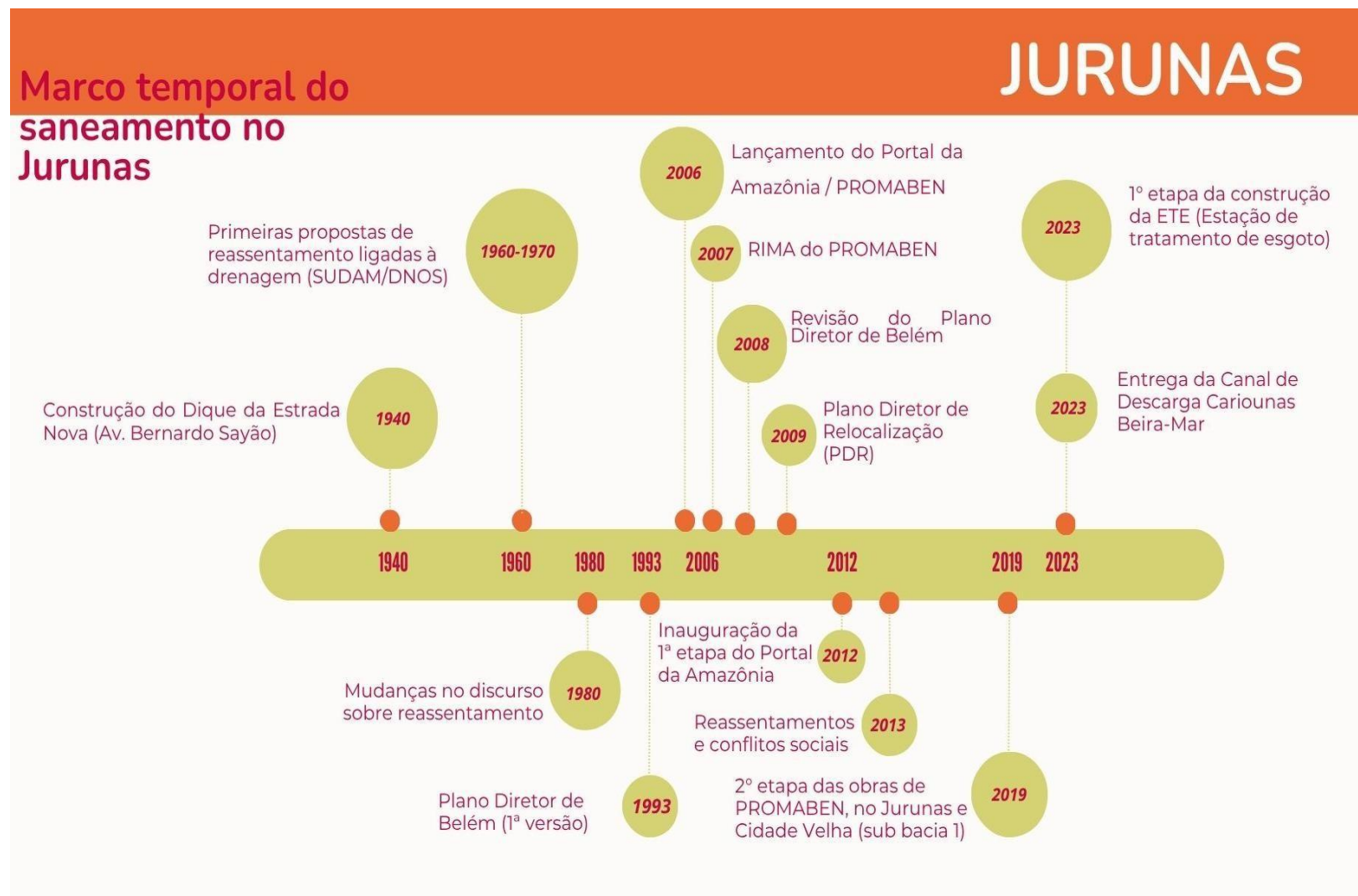
A Bacia da Estrada Nova corresponde a uma das áreas mais significativas de Belém, tanto por sua localização estratégica quanto pelos processos de transformação urbana. De acordo com estudos locais, sua extensão é de aproximadamente 9,6 km², sendo cerca de 72,7% de sua área composta por terras alagáveis. Essas estimativas, com base em levantamentos do IBGE (2010), apontam uma população aproximada de 300 mil habitantes, distribuída entre os bairros do Jurunas, Batista Campos, Cremação, Condor e Guamá, além de porções de Nazaré, São Brás e Cidade Velha.

O levantamento mais recente (IBGE, 2022) indica que o bairro do Guamá, também integrante da bacia, possui 81.227 habitantes, sendo atualmente o mais populoso de Belém. Já o bairro do Jurunas conta com cerca de 53 mil habitantes, conforme o mesmo censo. Os demais bairros que compõem a bacia ainda carecem de atualizações populacionais precisas para consolidação de dados mais recentes.

O histórico da ocupação da bacia está vinculado à presença de várzeas e cursos d'água que, ao longo do século XX, foram progressivamente aterrados ou retificados para possibilitar a expansão da malha urbana. A construção do Dique da Estrada Nova, na década de 1940, consolidou a ocupação em áreas até então rejeitadas para fins habitacionais, mas que se tornaram atrativas pela proximidade ao centro e pelo baixo custo da terra (Penteado, 1968). Esse processo resultou em um padrão de urbanização precário, com assentamentos populares em palafitas e carência de saneamento básico, gerando um quadro de vulnerabilidade socioambiental (Araújo, 2008).

A partir de 2006, com o lançamento do Projeto Portal da Amazônia, integrado ao Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), foram propostas intervenções de grande porte, organizadas em quatro sub-bacias e envolvendo sete canais principais. As obras contemplaram ações de drenagem, duplicação da Avenida Bernardo Sayão, construção de bacias de retenção e urbanização da orla do rio Guamá, entre outras (Figura 23).

Figura 12 – Marco temporal da política de saneamento no bairro Jurunas, Belém (PA).



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No entanto, a execução divergiu das propostas iniciais. Embora os planos preliminares indicassem soluções de drenagem natural e de preservação ambiental, prevaleceu o modelo de canalização com aduelas de concreto e o tamponamento de cursos d'água, acompanhado da criação de canteiros centrais e espaços de lazer. Essa abordagem, ainda que tenha eliminado o “esgoto a céu aberto”, implicou na perda da função ecológica dos rios urbanos e na descaracterização da paisagem natural (Bueno, 2005; Leão, 2013).

As obras de macrodrenagem provocaram transformações significativas na configuração urbana e na paisagem do bairro. No Trecho I da sub-bacia, entre a Rua dos Mundurucus e a Avenida Fernando Guilhon, cerca de 77 imóveis foram impactados; no Trecho II, até a Travessa Quintino Bocaiúva, 229 imóveis; e na área conhecida como Miolo do Jurunas, 179 residências e 20 unidades comerciais sofreram interferências diretas (Promaben, 2011).

Os Planos de Reassentamento (PER) previram medidas compensatórias para a reposição das moradias e manutenção das atividades econômicas locais. O diagnóstico de uso e ocupação do solo do programa indicou que 60,97% das edificações são residenciais, reforçando o caráter doméstico e comunitário do território. Essa predominância habitacional evidencia a importância de intervenções que assegurem a permanência das famílias e a preservação das dinâmicas sociais e culturais locais.

Figura 13 – Imóvel em processo de demolição devido a ação de desapropriação para duplicação da Av. Bernardo Sayão, 2024.



Fonte: Gustavo Castro (2024).

Nesse sentido, o caso do Jurunas exemplifica o que Cardoso (2022) denomina de “desconformidade urbana estrutural” uma condição em que as soluções de engenharia não dialogam com os modos de vida locais, ampliando desigualdades e deslocando populações que deveriam ser beneficiadas. O modelo de mensuração de desconformidades urbanas, desenvolvido pela autora, propõe que as políticas e intervenções sejam analisadas a partir de indicadores integrados sociais, ambientais, urbanísticos e fundiários, evidenciando que a superação da precariedade nas baixadas amazônicas requer a leitura crítica do território e de seus sujeitos. Além disso, como argumentam Maricato e Bonduki (2017) no capítulo “Reabilitação de centros urbanos e habitação social”, a reestruturação de áreas consolidadas deve priorizar a recuperação da função social do espaço urbano, integrando políticas habitacionais, regularização fundiária e inclusão produtiva. No contexto amazônico, isso implica reconhecer a urbanidade ribeirinha e a autoconstrução popular como expressões legítimas de habitar, e não como anomalias a serem corrigidas.

Dessa forma, a leitura da Bacia da Estrada Nova e do bairro do Jurunas revela mais que um problema técnico de drenagem — revela uma disputa por modelos de cidade. Uma cidade que pode continuar reproduzindo a exclusão pela infraestrutura, ou que pode se reinventar pela escuta das águas e das pessoas. Planejar as baixadas amazônicas é, portanto, reconhecer o direito à permanência e o valor das formas populares de urbanidade, onde a lama e o concreto se encontram, como memória e futuro da cidade.

8 DIAGNOSTICO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA CASO SELACIONADO

8.1 Caracterização da moradia e da família

A residência da Sra. Requerente está localizada na Passagem Helena Dias, nas proximidades da Avenida Bernardo Sayão, bairro Jurunas, município de Belém, Estado do Pará. O imóvel apresenta acesso único, utilizado tanto para a moradia familiar quanto para o funcionamento do Instituto Fênix: Coletivo de Mulheres Jurunenses, entidade comunitária chefiada por sua filha que desenvolve atividades sociais, culturais e de apoio psicossocial voltadas às mulheres da comunidade e à população local (Figura 8).

Figura 14 – Localização e fachada do caso Seleccionado, 2025.



Fonte: Gustavo Castro

Composição Familiar e Ocupação:

Requerente do projeto, 82 anos . Aposentada, ex-auxiliar de cozinha, recebe um salário mínimo e necessita de acompanhamento contínuo devido a condições de saúde crônicas, como hipertensão, diabetes e histórico de paradas cardíacas.

Primeira filha da requerente, 53 anos –. Atua como Prestadora de Serviço (PSS) na ARTRAN – Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte, e complementa sua renda por meio de bolsa de auxílio vinculada à Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Segunda filha da requerente. Não exerce atividade remunerada formal e é beneficiária do programa Bolsa Família, voltado ao sustento de seu filho menor.

Genro da requerente esposo da segunda filha. Trabalha como servente de obras, atuando de forma autônoma.

Neta da requerente, 20 anos. Encontra-se em preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Neto da requerente, 12 anos, estudante do ensino fundamental e participante de atividades esportivas promovidas pela Usina da Paz.

A residência, além de seu caráter habitacional, exerce importante papel social e comunitário, funcionando como espaço de acolhimento e mobilização local, articulando a dimensão doméstica e coletiva da vida cotidiana no bairro Jurunas.

8.2 Condições construtivas

A residência apresenta diversas inadequações construtivas e funcionais que impactam diretamente a segurança, a salubridade e o conforto ambiental da família e dos frequentadores do Instituto. Durante a vistoria técnica, foram identificadas as seguintes condições:

Estrutura e fundação: a laje do pavimento térreo apresenta sinais de deterioração, principalmente nas áreas de banheiro, cozinha, área de serviço e escada (figura 9).

Figura 15 – Laje do pavimento térreo, 2025.



Fonte: Gustavo Castro, 2025.

Figura 16 – Cozinha da residência/ instituto, 2025.

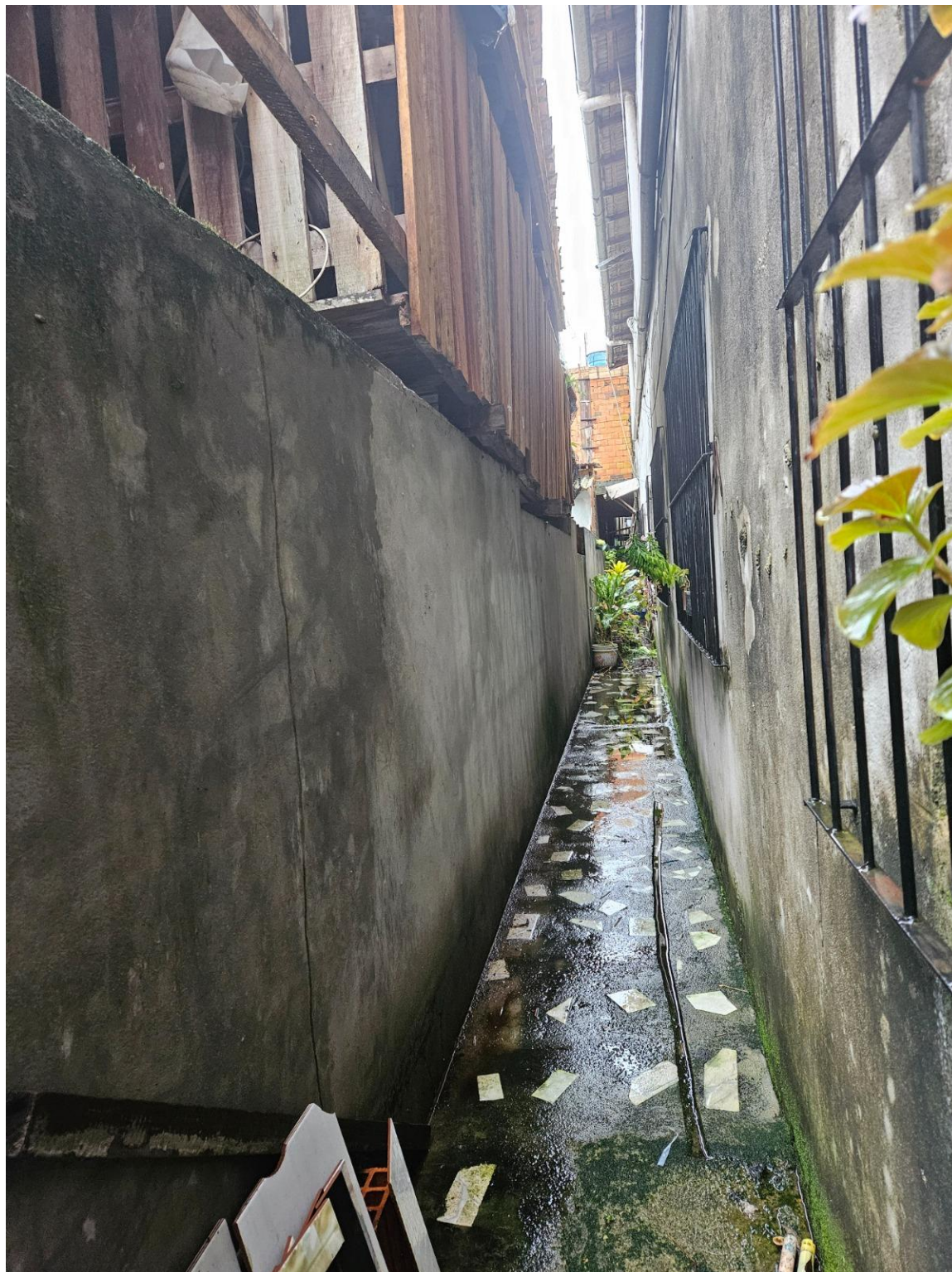


Fonte: Gustavo Castro, 2025.

Paredes e infiltrações: observam-se infiltrações severas na parede de divisa lateral, afetando a cozinha, o quarto da Sra. Requerente e o espaço utilizado pelo Instituto. Essas condições comprometem a salubridade dos ambientes, especialmente

diante da idade avançada da moradora e do uso da cozinha para preparo de alimentos (Figura 11).

Figura 17 – Infiltrações severas na parede, 2025.



Fonte: Gustavo Castro (2025).

Cobertura: o segundo pavimento possui telhado de telhas de fibrocimento (tipo Brasilit), sem forro e com manta improvisada, o que resulta em elevado desconforto térmico e acústico (Figura 12).

Figura 18 – Cobertura, sem forro e com manta improvisada, 2025.



Fonte: Gustavo Castro (2025).

Iluminação e ventilação: são insuficientes devido à proximidade das edificações vizinhas e à ausência de aberturas adequadas. A ventilação cruzada é praticamente inexistente, gerando ambientes abafados e pouco iluminados.

Figura 19 – Corredor do pavimento superior, 2025.



Fonte: Gustavo Castro (2025).

Instalações elétricas e hidráulicas: a fiação elétrica é antiga e mal distribuída, apresentando riscos de curto-circuito.

Figura 20 – Instalação elétrica exposta, 2025.



Fonte: Gustavo Castro (2025)

O abastecimento de água pela COSANPA é irregular e de baixa pressão, exigindo o uso de bomba hidráulica. A água, considerada imprópria para consumo direto, é utilizada apenas para limpeza e preparo de alimentos após fervura.

Acessibilidade: inexistem elementos acessíveis que garantam mobilidade adequada aos moradores. O acesso ao pavimento superior por escada apresenta

irregularidade de altura dos espelhos criando obstáculo para a Sra. Requerente, senhora de idade avançada e demais pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 21 – Escada de acesso ao nível superior, 2025.



Fonte: Gustavo Castro (2025).

8.3 Proposta Arquitetônica

Encerrando este trabalho, destaca-se que a proposta apresentada reforça a importância da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) como instrumento de transformação urbana e social, reafirmando o direito à moradia digna e à cidade inclusiva. A experiência desenvolvida no Jurunas demonstra que a atuação técnica comprometida com o território pode gerar resultados concretos e humanizados.

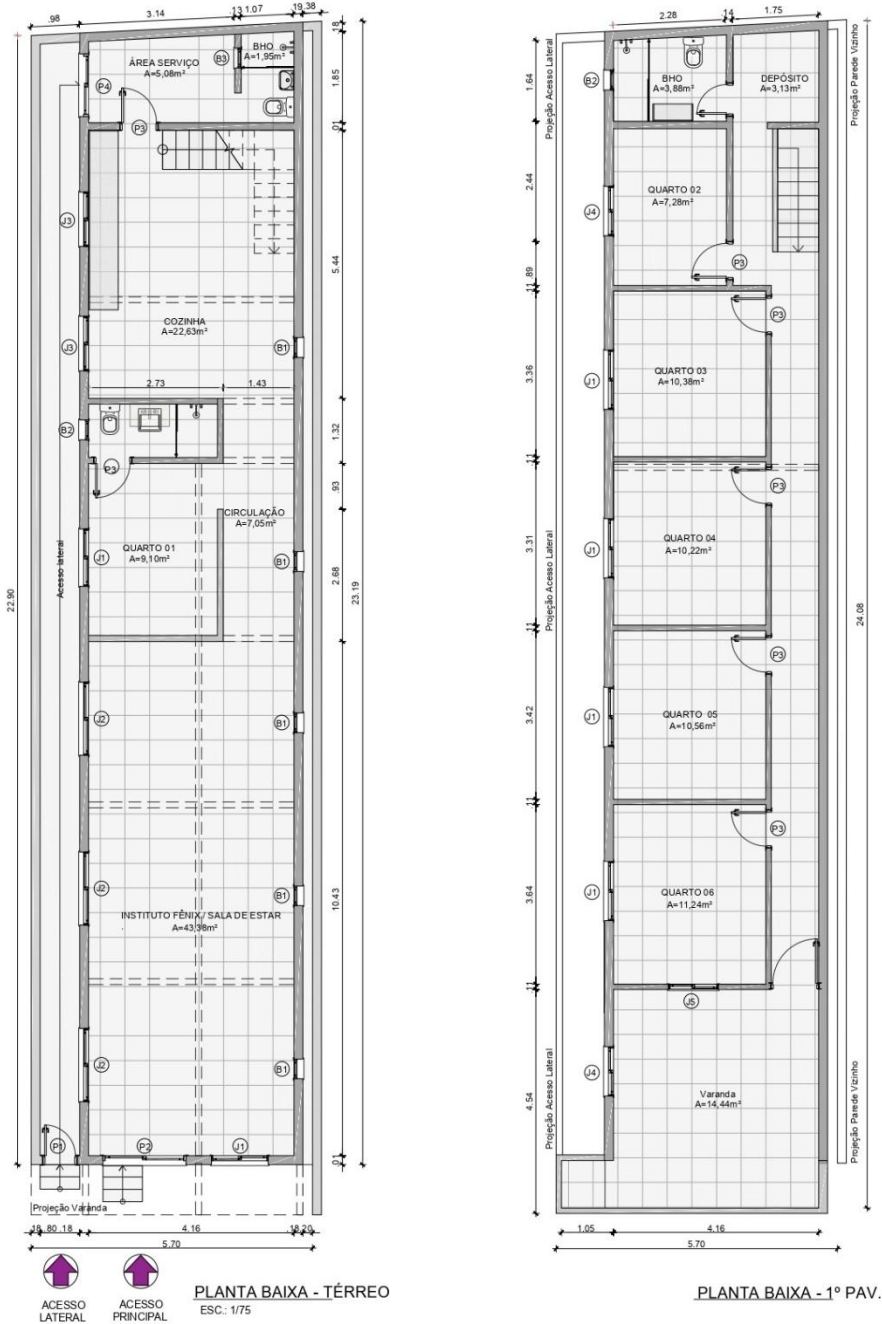
A proposta fundamenta-se na diretriz de intervenções sobretudo as emergenciais em habitações de interesse social, priorizando soluções práticas e acessíveis que elevem as condições de habitabilidade sem descaracterizar o uso consolidado do imóvel. A metodologia adota a escuta e o diálogo na criação do programa de necessidades como base para a definição das ações projetuais, alinhando-se aos princípios da ATHIS.

Quadro 1 – Programa de Necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES
ACESSIBILIDADE E CIRCULAÇÃO
Rampa principal de acesso
Portas laterais
Pergolado na passagem lateral
SETORIZAÇÃO DOS AMBIENTES
Divisão física e funcional entre Sala da Família e Instituto
Criação de área multiuso segundo pavimento
COZINHA REQUALIFICADA
Redistribuição dos mobiliários
Ventilação natural ampliada e iluminação mais eficiente
TRANSFORMAÇÃO DA VARANDA
Reconfiguração da varanda como espaço híbrido
Sombreamento, assentos e paisagismo

Para que as intervenções fossem possíveis foram feitos levantamentos na residência de requerentes, a baixo temos a planta da edificação existente térrea e pavimento superior (Figura 22).

Figura 22 – Planta da edificação existente: térrea e pavimento superior, 2025.



Fonte: Projeto meu endereço, elaborada pelo autor (2025).

O objetivo não é reproduzir modelos habitacionais padronizados, mas atuar de forma colaborativa na qualificação do espaço existente, transformando o que é necessário, preservando o que é essencial e reconhecendo o valor simbólico e prático atribuído pelos moradores. Nesse sentido foi elaborado um quadro resumo das intervenções (Quadro 1).

Quadro 2 – Intervenções propostas de melhorias habitacionais no caso selecionado.

Intervenções	Proposta	Descrição técnica	Justificativa
Instalação de pergolado na passagem lateral	Sobrite com estrutura leve de madeira e vegetação	Pergolado em madeira tratada (pinus ou eucalipto autoclavado), tela sombreadora (sombrite) e plantio de trepadeiras nativas. Fixações metálicas galvanizadas; drenagem local preservada.	Protege do sol sem obstruir ventilação natural; cria sombra e microclima; melhora estética e qualifica a passagem lateral.
Divisória leve entre sala da família e sede do Instituto	Painel de drywall leve ou biombo reaproveitado	Painel de gesso acartonado (drywall) com estrutura metálica leve ou biombo móvel de madeira reaproveitada. Prever isolamento acústico mínimo (lã de PET ou lã de rocha).	Garante privacidade, flexibilidade no uso do espaço e facilidade de desmontagem.
Requalificação da cozinha	Redistribuição de layout e ajustes funcionais (bancadas, pias e circulação)	Ajuste do alinhamento de bancadas, inclusão de prateleiras, bancada de serviço resistente e revisão elétrica e hidráulica.	Atende às demandas de funcionamento doméstico e institucional.
Readequação para área multiuso	Espaço de estudo, convivência e apoio	Remoção de mobiliário fixo, implantação de mobiliário modular, reforço de iluminação e ventilação natural.	Amplia a capacidade de atividades coletivas e conforto ambiental.
Transformação da varanda em terraço de convivência	Mureta baixa, piso cimentado e churrasqueira pré-moldada	Construção de mureta de alvenaria até altura segura, piso antiderrapante e churrasqueira pré-moldada com exaustão adequada.	Formaliza espaço de encontros familiares com segurança e conforto.

As propostas de intervenção foram definidas a partir de um diálogo detalhado sobre as perspectivas de uso e desenvolvimento da habitação, cuja configuração híbrida e multifamiliar exige soluções integradas.

As intervenções emergenciais descritas no quadro 2, corresponde as patologias construtivas diagnosticadas durante o acompanhamento técnico e as visitas de campo.

Quadro 3 – Intervenções emergenciais de melhorias habitacionais no caso selecionado.

Intervenções	Descrição Técnica	Justificativa
Rampa de acesso (conforme NBR 9050)	Rampa em concreto simples, acabamento rústico, inclinação e guarda-corpo conforme NBR 9050; integração de acesso lateral entre Instituto e cozinha.	Garante acessibilidade universal e conformidade normativa.
Impermeabilização de parede lateral	Limpeza, retirada de revestimentos soltos, aplicação de manta ou pintura impermeabilizante reforçada.	Elimina infiltrações e preserva durabilidade das paredes.
Reforço de laje	Escoramento localizado, remoção de partes danificadas e recomposição com concreto simples.	Mitiga risco de colapso e restaura segurança.
Cobertura, revestimento e impermeabilização	Reposição e assentamento de telhas, aplicação de manta e forro.	Reduz insalubridade e melhora conforto térmico e acústico.

Durante o planejamento das intervenções foi elaborado um esquema em planta baixa com sinalizações acerca das condições construtivas. No pavimento térreo o muro localizado no corredor lateral direito (em vermelho) apresenta construção executada com o uso da estrutura pertencente ao imóvel da requerente, condição que pode gerar conflitos futuros com a vizinhança (Figura 23).

A parede direita, sinalizada em azul durante o levantamento, apresenta infiltração ao longo de toda a sua extensão, evidenciando comprometimento do reboco e da impermeabilização. No que se refere à estrutura e fundação, a laje do pavimento térreo demonstra sinais de deterioração, especialmente nas áreas úmidas, banheiro, cozinha,

área de serviço e escada, indicando a necessidade de avaliação estrutural mais detalhada sinalizada em verde. A escada, com a indicação em marrom por sua vez, apresenta irregularidades nos degraus, com alturas e larguras distintas, comprometendo a segurança e o conforto do uso cotidiano.

Observa-se também que a iluminação e a ventilação natural são insuficientes, resultado da proximidade das edificações vizinhas e da ausência de aberturas adequadas, o que reduz a ventilação cruzada e contribui para ambientes abafados e pouco iluminados em amarelo. Por fim, o segundo pavimento encontra-se coberto por telhas de fibrocimento tipo Brasilit, sem forro e com manta improvisada, condição que acentua o desconforto térmico e acústico no interior da habitação na cor rosa.

A proposta de intervenção foi desenvolvida a partir do programa de necessidades construído em diálogo com a família; da requerente aos netos, tendo a escuta como principal diretriz em todas as decisões de projeto. Parte-se do entendimento de que a função social da terra é determinada pela própria sociedade e se manifesta nas dinâmicas habitacionais cotidianas. Assim, as soluções propostas buscam respeitar o modelo familiar existente e o papel social que a moradia exerce na passagem onde está inserida, bem como sua relação com as ruas e vizinhanças próximas.

O projeto tem início com a implantação de rampas de acessibilidade nas entradas principal e lateral da residência/instituto, garantindo o acesso universal. Em seguida, propõe-se a instalação de um pergolado ao longo do corredor lateral e a criação de uma entrada independente para o instituto, assegurando autonomia de uso para seus integrantes.

A antiga sala de estar, que também serve como espaço comunitário, foi reorganizada com um novo layout, preservando sua flexibilidade por meio da instalação de portas de correr, que permitem dividir o ambiente em dois sala de estar e salão do instituto quando necessário, mantendo a privacidade sem comprometer a integração. Foram previstos armários em áreas residuais, otimizando o aproveitamento do espaço e evitando o acúmulo de materiais sem local definido para guarda.

O quarto da requerente recebeu fechamento total das paredes, comportando também sua irmã e um acompanhante, considerando a idade avançada de ambas e a necessidade de conforto e segurança. A cozinha foi reconfigurada, ganhando uma nova abertura que integra o ambiente ao corredor lateral espaço das plantas cultivadas pela moradora e substitui o antigo gradil enferrujado e de difícil manuseio. Essa solução facilita o acesso interno e externo, permitindo a circulação dos integrantes do instituto sem invadir a privacidade da moradia, além de favorecer as dinâmicas culinárias e coletivas promovidas pela instituição.

No pavimento superior, o quarto 02 foi transformado em um ambiente multiuso. A ampliação da janela e a melhoria das paredes aumentam a iluminação e a ventilação naturais, reduzindo o desconforto térmico e a umidade. O espaço é flexível e pode ser

utilizado para convivência, descanso, estudo ou apoio às atividades do instituto, prevendo sofá-cama, suportes para redes e fechamento por cortinas.

Também foi pensado para acolher familiares vindos de outras localidades durante períodos festivos ou emergenciais. Os demais dormitórios mantêm a estrutura existente, enquanto os corredores receberam novos revestimentos e pintura em tons claros, estratégia voltada à ampliação da luminosidade e à sensação de amplitude. Por fim, a varanda foi transformada em um espaço de convivência familiar, destinado à retomada de momentos de encontro entre a requerente, seus familiares e visitantes.

O ambiente ganhou caráter mais acolhedor, com a instalação de uma churrasqueira, a ampliação da janela lateral e a inclusão de uma mesa de refeições, promovendo um espaço de convivência íntimo e afetivo. A cobertura recebeu novo revestimento e instalação de forro, medida essencial para a melhoria do conforto térmico e acústico dos ambientes internos, concluindo o conjunto de intervenções que aliam funcionalidade, conforto e valorização da vida cotidiana.

Figura 24 – Planta de intervenções.



Fonte: Meu endereço certo, elaborada pelo autor 2025.

Figura 25 – Imagens da proposta

(A) Espaço do Instituto



(B) Sala da família



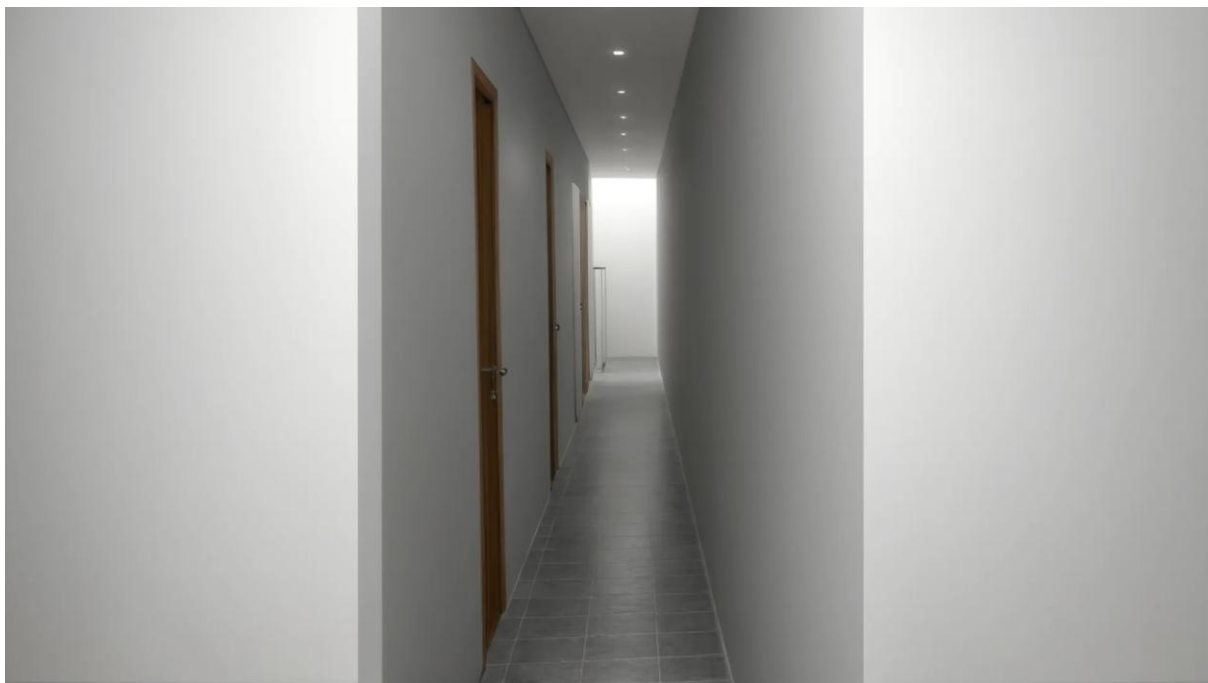
(C) Cozinha da família/instituto



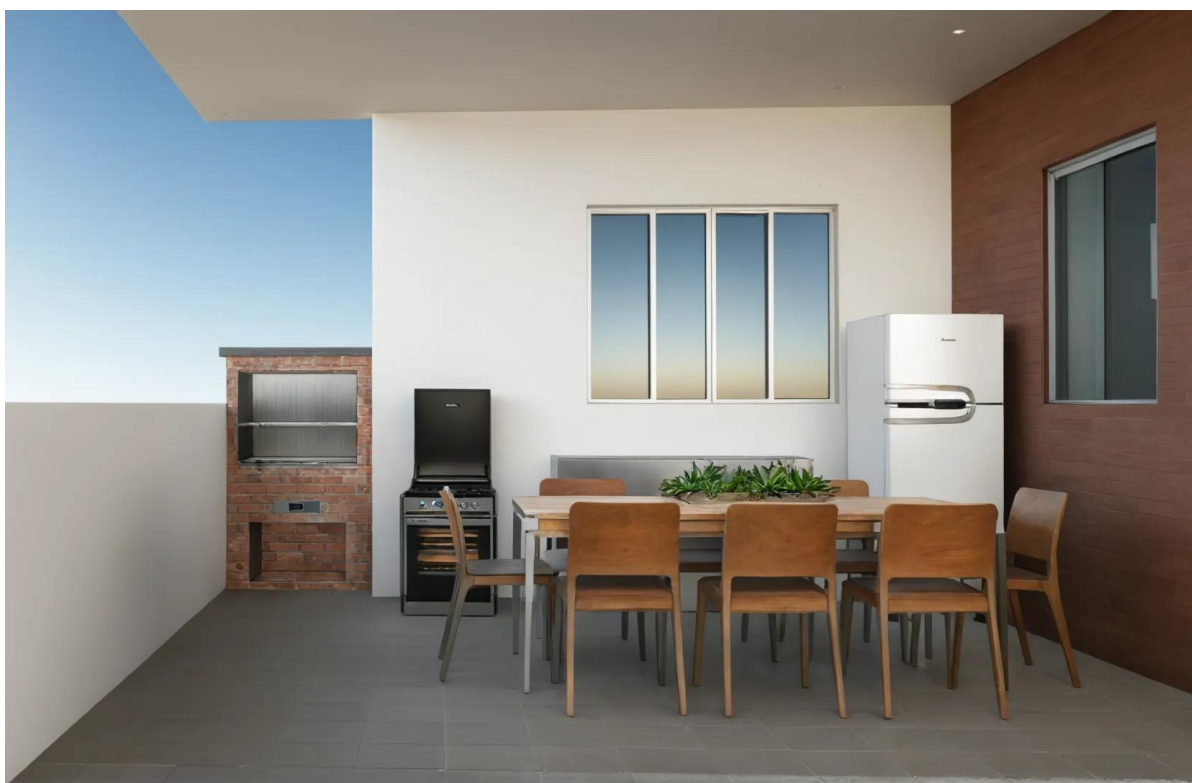
(D) Área de convivência



(E) Circulação



(F) Varanda Gourmet



10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho reafirma o papel da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) como instrumento de efetivação do direito à moradia digna e como prática que transcende o campo estritamente técnico, configurando-se como ação social e política.

Mais do que propor soluções construtivas, o processo revelou que o ato de escutar constitui também um gesto de resistência e reconhecimento. Escutar a moradora, seus filhos e netos significou compreender a casa não apenas como edificação, mas como organismo vivo, tecido por relações, memórias e práticas cotidianas que sustentam o habitar.

O percurso projetual demonstrou que a arquitetura social não se limita à produção do espaço físico, mas à reconstrução de vínculos entre pessoas, entre corpo e território, entre o direito e a vida cotidiana. As rampas, aberturas, forros e divisórias propostas não se configuram como meros elementos construtivos, mas como gestos de inclusão, materializando o diálogo entre a técnica e a experiência habitada. Cada intervenção é, portanto, também um ato ético e uma escolha política, afirmando o direito de permanecer, de reformar sem excluir, de transformar sem apagar as identidades existentes.

A residência estudada, de caráter híbrido e multifamiliar, reflete em sua complexidade o panorama de grande parte das habitações brasileiras: construídas de forma autônoma, adaptadas ao longo do tempo e sustentadas pela solidariedade e pela criatividade popular. Intervir nesse contexto é compreender que a ATHIS não impõe modelos, mas reconhece e potencializa modos de morar já legítimos e potentes. O arquiteto, nesse cenário, atua como mediador entre o saber técnico e o saber popular, traduzindo demandas, conciliando desejos e viabilizando soluções compatíveis com realidades econômicas e materiais específicas.

Essa experiência evidencia a urgência de repensar o ensino e a prática profissional da arquitetura, para que a assistência técnica deixe de ser exceção ou projeto temporário e se consolide como princípio ético e compromisso público da profissão.

Reconhecer a função social da moradia implica, portanto, reconhecer também a função social do arquiteto. Cada escuta, cada visita e cada desenho reafirmam que projetar é, essencialmente, um ato de cuidado e cuidar, nesse contexto, é

compreender que a cidade é construída por histórias, corpos e afetos que resistem diariamente.

Por fim, o projeto de melhoria habitacional aqui apresentado extrapola o exercício acadêmico e se torna a síntese de um processo coletivo, no qual técnica, escuta e afeto se entrelaçam para reconstruir não apenas uma casa, mas também o sentido de pertencimento de quem a habita.

A ATHIS, quando praticada com empatia e responsabilidade, transforma-se em ferramenta concreta de justiça espacial, capaz de reafirmar o direito à moradia, fortalecer o tecido social e redesenhar as fronteiras entre o público e o doméstico, entre o político e o cotidiano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICAS

ARAÚJO, R. M. Belém e suas águas: expansão urbana e ocupação das várzeas. Belém: UFPA, 2008.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

BELÉM (PA). Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém. Diário Oficial do Município de Belém, Belém, 2008.

BONDUKI, Nabil Georges. Assistência técnica e direito à moradia: uma estratégia para enfrentar o déficit habitacional. São Paulo: FAUUSP, 2018.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Acordo de Cooperação Técnica nº 108/2024. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará (SPU/PA), Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e sobre a gestão de imóveis da União. Diário Oficial da União, Brasília, 12 jul. 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017*. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jul. 2017.

BRASIL. Portaria SPU nº 2.826, de 31 de janeiro de 2020. Dispõe sobre os procedimentos para celebração de acordos de cooperação técnica entre a SPU e outros entes federativos. Diário Oficial da União, Brasília, 31 jan. 2020.

BUENO, L. M. Cidades e rios: os desafios da urbanização sobre ambientes hídricos. São Paulo: Annablume, 2005.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. A cidade das baixadas: formas urbanas e desigualdades socioespaciais em Belém. Revista Cidades, v. 14, n. 1, p. 245–263, 2017.

CARDOSO, Myrian. Elaboração de Nota de Análise Residência CRF/CIDHA: Diagnóstico Fundiário do Bairro do Jurunas. Comissão de Regularização Fundiária da UFPA. Belém, 2021.

CARDOSO, Myrian Silvana da Silva. *Direito urbanístico e desconformidades socioambientais: desafios da regularização fundiária na Amazônia*. Belém: UFPA, 2012.

CARDOSO, Myrian Silvana da Silva. *Efeitos da regularização fundiária urbana na Amazônia Paraense: modelo de mensuração de desconformidades em diferentes contextos de ocupação*. Belém: UFPA, 2022.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). Observatório ATHis e Mapa de Ações. Brasília, 2023.

FERNANDES, Edésio. Direito Urbanístico Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009.

GIRARDI, J. Metodologia da pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez – coletânea de textos. 2. ed. São Paulo: UCPA Editora, 2018. p. 313–327.

HARVEY, David. O direito à cidade. São Paulo: Boitempo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010 e Atualização 2022: Dados populacionais de Belém e bairros periféricos. Brasília: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEÃO, A. P. Rios urbanos e políticas de saneamento em Belém do Pará: entre o natural e o concreto. Belém: UFPA, 2013.

LEFEBVRE, Henri. Le droit à la ville. Paris: Anthropos, 1968.

LIRA, Daniel; MONTEIRO, Edna. ATHis na Amazônia: desafios da implementação da Lei 11.888/2008 em contextos periféricos. Revista Arquitetura e Urbanismo em Debate, Belém, v. 6, n. 2, p. 45–62, 2021.

MACHIAVELLI, Adilson. Terrenos de Marinha e seus Acrescidos: dificuldades práticas e jurídicas. Monografia (Bacharel em Direito) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí. Tijucas, 2008.

MACHIAVELLI, Paulo. Regularização fundiária em Belém: a experiência da CODEM e os desafios da política urbana. Belém: UFPA, 2008.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

PARÁ (Estado). Programa Territórios pela Paz – TerPaz. Belém: Governo do Estado do Pará, 2020.

PENTEADO, A. R. Belém: estudos de geografia urbana. Belém: UFPA, 1968.

PROGRAMA RURAL SUSTENTÁVEL AMAZÔNIA. Relatório técnico de execução. Brasília, 2023.

PROMABEN. Plano de Reassentamento e Relatório Técnico de Impacto Urbano e Social. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2011.

RAIOL CORRÊA, Ana Letícia; DOS SANTOS, Myrian Silvana da Silva Cardoso Ataíde; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. *Perfil de demandas para tratamento de conflitos e das desconformidades socioambientais: experiência das práticas de ensino-aprendizagem multidisciplinares na UFPA*. *UCB Law Review*, v. 9, n. 17, p. 249–303, 2025.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2019.

SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA. *Usinas da Paz*. Pará, [s.d.].

SAULE JÚNIOR, Nelson. *Direito à moradia e à cidade*. São Paulo: Polis, 2015.

SILVA, Antônio João Hocayen da. *Metodologia de pesquisa: conceitos gerais*. 2014.

SILVA, Maria de Nazaré. *Jurunas: território, cultura e resistência urbana em Belém do Pará*. *Revista Amazônia Latitude*, Belém, v. 3, n. 2, p. 88–104, 2019.

SOUZA, Edilson; BRASIL, Andressa. *Habitação social na Amazônia: entre o direito e a realidade*. *Revista Norte & Meio Ambiente*, Manaus, v. 12, n. 1, p. 55–73, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TRINDADE JR., Sebastião. *Belém: entre rios e ilhas – dinâmicas urbanas e desigualdades socioambientais*. Belém: PPGG-UFPA, 2016.

TRINDADE JR., Sebastião. *Cidade e urbanização na Amazônia: desafios contemporâneos*. *Revista de Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 45–59, 2011.

TRINDADE JR., Sebastião; LIMA, José Júlio Ferreira. *Morfologia urbana e exclusão social nas cidades amazônicas*. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 1, p. 89–104, 2012.

APÊNDICE – PRANCHAS DO PROJETO

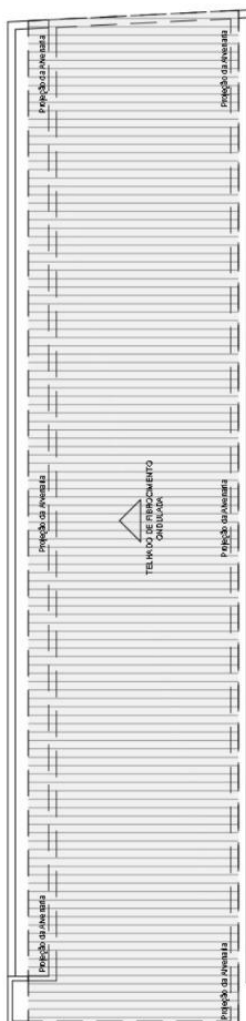
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO																
FOTO DO IMÓVEL	PLANTA DE LOCAÇÃO - SIESC INSCRIÇÃO CADASTRAL: 0163582/13070140000															
PL - PLANTA DE LOCAÇÃO																
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">DADOS DO IMÓVEL</th> </tr> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> ENDEREÇO LOTE N° 13-A PASSAGEM HELENA DIAS N° 124 - JURUNAS / BELÉM PA. </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> MEDIDAS PERÍMETRO: 59,00 m ÁREA TOTAL DO LOTE: 135,66 m² FRENTE: 5,70 m LATERAL ESQUERDA: 23,80m LATERAL DIREITA: 23,80 m FUNDOS: 5,70 m </td> </tr> </table>		DADOS DO IMÓVEL		ENDEREÇO LOTE N° 13-A PASSAGEM HELENA DIAS N° 124 - JURUNAS / BELÉM PA.	MEDIDAS PERÍMETRO: 59,00 m ÁREA TOTAL DO LOTE: 135,66 m² FRENTE: 5,70 m LATERAL ESQUERDA: 23,80m LATERAL DIREITA: 23,80 m FUNDOS: 5,70 m											
DADOS DO IMÓVEL																
ENDEREÇO LOTE N° 13-A PASSAGEM HELENA DIAS N° 124 - JURUNAS / BELÉM PA.	MEDIDAS PERÍMETRO: 59,00 m ÁREA TOTAL DO LOTE: 135,66 m² FRENTE: 5,70 m LATERAL ESQUERDA: 23,80m LATERAL DIREITA: 23,80 m FUNDOS: 5,70 m															
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">TABELA INFORMAÇÕES</th> </tr> <tr> <th style="width: 15%;">SIMBOLOGIA</th> <th style="width: 45%;">DESCRIÇÃO</th> <th style="width: 40%;">ÁREA DO TERRENO OCUPADA</th> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"></td> <td>ÁREA CONTRUÍDA</td> <td style="text-align: center;">108,80m²</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"></td> <td>ÁREA LIVRE</td> <td style="text-align: center;">30,86m²</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"></td> <td>LOTES AO LADO</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> </table>		TABELA INFORMAÇÕES			SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO	ÁREA DO TERRENO OCUPADA		ÁREA CONTRUÍDA	108,80m²		ÁREA LIVRE	30,86m²		LOTES AO LADO	-
TABELA INFORMAÇÕES																
SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO	ÁREA DO TERRENO OCUPADA														
	ÁREA CONTRUÍDA	108,80m²														
	ÁREA LIVRE	30,86m²														
	LOTES AO LADO	-														
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">PROJETO DE INTERVENÇÃO EMERGENCIAL</th> </tr> <tr> <td colspan="2"> LEVANTAMENTO GUSTAVO CASTRO DA CONCEIÇÃO, SARAH </td> </tr> <tr> <td style="width: 50%;"> DATA DE ELABORAÇÃO 30 NOVEMBRO /2025 </td> <td style="width: 50%;"> DESENHISTA GUSTAVO CASTRO </td> </tr> <tr> <td> DATA DE ELABORAÇÃO 01/05 </td> <td> ESCALA 1/400 </td> </tr> </table>		PROJETO DE INTERVENÇÃO EMERGENCIAL		LEVANTAMENTO GUSTAVO CASTRO DA CONCEIÇÃO, SARAH		DATA DE ELABORAÇÃO 30 NOVEMBRO /2025	DESENHISTA GUSTAVO CASTRO	DATA DE ELABORAÇÃO 01/05	ESCALA 1/400							
PROJETO DE INTERVENÇÃO EMERGENCIAL																
LEVANTAMENTO GUSTAVO CASTRO DA CONCEIÇÃO, SARAH																
DATA DE ELABORAÇÃO 30 NOVEMBRO /2025	DESENHISTA GUSTAVO CASTRO															
DATA DE ELABORAÇÃO 01/05	ESCALA 1/400															



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO



PL - PLANTA DE COBERTURA



PLANTA COBERTURA
ESC: 1/500

DADOS DO IMÓVEL

ENDEREÇO	MEDIDAS
LOTE Nº 13-A	PERÍMETRO: 59,00 m ÁREA TOTAL DO LOTE: 135,66 m²
PASSAGEM HELENA DIAS Nº 124- JURUNAS / BELÉM PA.	FRENTE: 5,70 m LATERAL ESQUERDA: 23,80m LATERAL DIREITA: 23,80 m FUNDOS: 5,70 m

PROJETO DE INTERVENÇÃO EMERGENCIAL

LEVANTAMENTO

GUSTAVO CASTRO DA CONCEIÇÃO

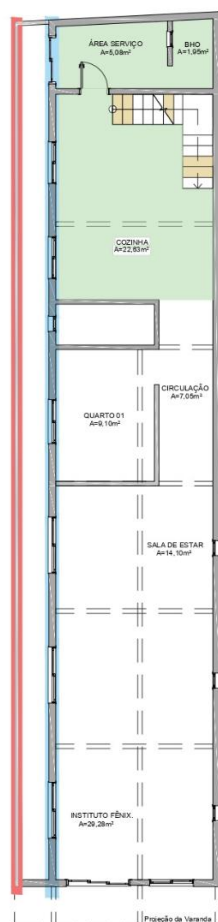
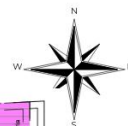
DATA DE ELABORAÇÃO
30 NOVEMBRO /2025

DESENHISTA
GUSTAVO CASTRO

DATA DE ELABORAÇÃO
03/05

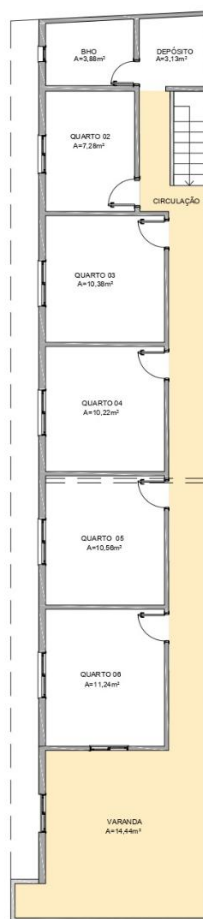
ESCALA
1/1500

PL - PLANTAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS

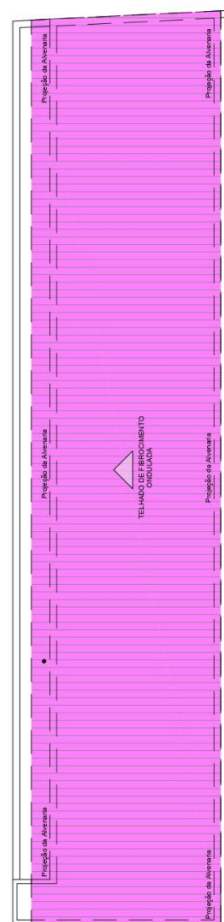


 ACESSO PRINCIPAL

PLANTA BAIXA - TÉRREO
ESC.: 1/1500



PLANTA BAIXA - 1º PAV.
ESC.: 1/1500



PLANTA COBERTURA
ESC.: 1/1500

DADOS DO IMÓVEL

ENDEREÇO	MEDIDAS	
LOTE N° 13-A PASSAGEM HELENA DIAS N° 124- JURUNAS / BELÉM PA.	PERÍMETRO: 59,00 m ÁREA TOTAL DO LOTE: 135,66 m²	FRENTE: 5,70 m LATERAL ESQUERDA: 23,80m LATERAL DIREITA: 23,80 m FUNDOS: 5,70 m

TABELA DE ESQUADRIAS	
SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO
	POSSÍVEL CONFLITO NO FUTURO
	INFILTRAÇÃO
	DEGRADAÇÃO DE LAJE
	ESCALDA COM ESPELHOS ALTOS
	ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO REDUZIDA
	COBERTURA

PROJETO DE INTERVENÇÃO EMERGENCIAL

LEVANTAMENTO

GUSTAVO CASTRO DA CONCEIÇÃO

DATA DE ELABORAÇÃO 30 NOVEMBRO /2025	DESENHISTA GUSTAVO CASTRO
--	-------------------------------------

DATA DE ELABORAÇÃO	ESCALA
04/05	1/1500

